

RELATÓRIO DE GESTÃO



Centro Paroquial de Barcelinhos

ANO: 2024

ÍNDICE

1 - Introdução	2
1.1 - Enquadramento Legal	2
2 - Enquadramento Económico	3
2.1 - A Nível Internacional e Europeu	3
2.2 - A Nível Nacional	6
3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira	8
3.1 - Análise das Atividades	8

3.1.1 - Creche	8
3.1.2 - Jardim de Infância	8
3.1.3 - Centro de Dia	8
3.1.4 - Serviço de Apoio Domiciliário	8
3.1.5 - Quadro Síntese Respostas Sociais	9
4 - Proposta de Aplicação dos Resultados	12
5 - Expetativas Futuras	12
5.1 - Cenário macroeconómico	12
5.2 - Cenário Interno	15
5.3 - Evolução previsível da entidade	15
6 - Outras Informações	16
7 - Considerações Finais	16

1- Introdução

A Centro Paroquial de Barcelinhos, com sede social em Rua Dr. José Gualberto Sá Carneiro, 402 4755-055 Barcelinhos, com um fundo social de 197.025,17 €, tem como atividade principal Atividades de cuidados diurnos para crianças, sem alojamento:

- Apoio à Primeira Infância, através de Creche, Estabelecimento Pré-Escolar, incluindo crianças e jovens em perigo; • Apoio à família;
- Apoio às pessoas idosas, através da Estrutura Residencial de Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio, Apoio
- Domiciliário, ou outras;
- Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2024.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Centro Paroquial de Barcelinhos, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

1.1 - Enquadramento Legal

Os corpos gerentes do Centro Paroquial de Barcelinhos, são constituídos da seguinte forma: Direção:

- Presidente: Pe. Paulo Jorge Brás de Sá
- Vice Presidente: Francisco José Silva Cardoso
- Secretário: José António Faria da Costa
- Tesoureiro: Bertelina Maria Faria Neves Igreja
- Vogal: Margarida Maria Dias Rocha Conselho Fiscal:
- Presidente: Maria da Conceição Gonçalves Pereira
- Secretário: Belarmino Manuel da Silva Coutinho Rodrigues
- Vogal: Carlos Gonçalves Coelho de Faria

2 - Enquadramento Económico

Do ponto de vista económico, 2024 foi um ano de relativa estabilidade em comparação com os períodos anteriores. Depois de uma sequência de anos com eventos que abanaram a economia mundial como a pandemia e a guerra da Ucrânia, o ano findo não registou grandes choques. Como tal, as principais economias retomaram os seus cursos normais com muitos países a desagravarem as suas políticas monetárias.

Por oposição, no campo da política, 2024 foi um ano histórico, com mais de 50% da população a ser chamada às urnas para eleições.

No Irão, a morte repentina de Ebrahim Raisi num acidente de helicóptero levou à eleição de Masou Pezeshkian para o cargo. Na África do Sul as eleições marcaram a primeira vez desde 1994 que o Congresso Nacional Africano perde a maioria absoluta. No Reino Unido o partido Conservador foi obrigado a abandonar o poder e a dar lugar ao partido Trabalhista após a derrota de Rishi Sunak na corrida contra Keir Starmer. No México, Claudia Sheinbaum tornou-se a primeira mulher a ser eleita presidente. No meio de todas estas voltas políticas a mais marcante foi a eleição de Donald Trump para um segundo mandato como presidente dos EUA. Donald Trump já tinha feito história na primeira metade do ano ao tornar-se o primeiro ex-presidente americano a ser condenado por crimes. Foi também alvo de um atentado antes de ter derrotado, entre outros, a sua principal oponente Kamala Harris que tinha substituído Joe Biden na corrida à Casa Branca.

Ainda no contexto político, mas sem eleições, o mundo assistiu à queda do regime de Bashar al-Assad que liderava a Síria há 13 anos. Bashar al-Assad estava a braços com uma revolta nacional que tentava suprimir de forma brutal, tendo acabado por ser expulso já na reta final de 2024.

Menos histórico foi a continuação dos conflitos armados que já se tinham iniciado antes de 2024, mais concretamente, o conflito na Ucrânia, que dura há já mais de 3 anos e a invasão da faixa de Gaza por parte das forças israelitas. Embora o ano tenha terminado com ambos os conflitos sem aparente resolução, a eleição de Donald Trump marca uma potencial reviravolta na relação dos EUA com ambas as guerras.

2.1- A Nível Internacional e Europeu

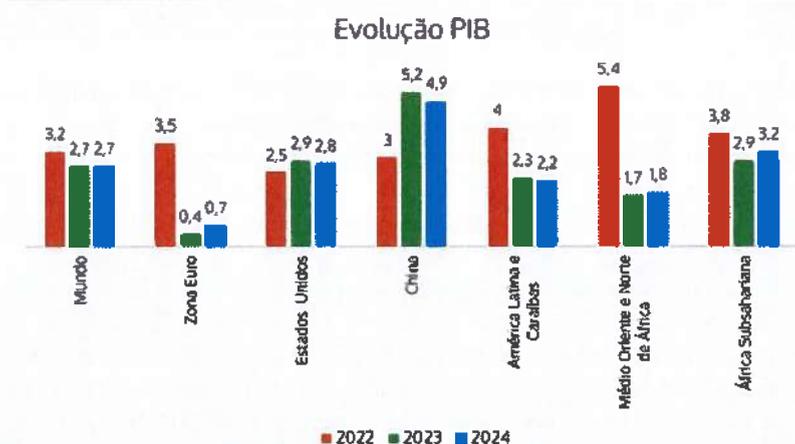
Mundo

O ano de 2024 marcou mais um passo importante na batalha contra a inflação, com as taxas a aproximar-se dos valores de referência dos bancos centrais. Esta desinflação permitiu às economias mais avançadas continuar o seu percurso de recuperação económica, embora se projete um crescimento futuro baixo.

A capacidade de evitar uma crise face às medidas de combate à inflação continuam a surpreender alguns especialistas. A economia Mundial provou ser mais resiliente do que antecipado, tendo absorvido em grande parte os choques causados pela pandemia, conflitos armados e alterações climáticas que marcaram os últimos anos. No entanto, o FMI reporta que embora se tenha evitado, aparentemente, uma recessão, a economia mundial está em modo de sobrevivência, mostrando dificuldades em retomar uma trajetória de crescimento.

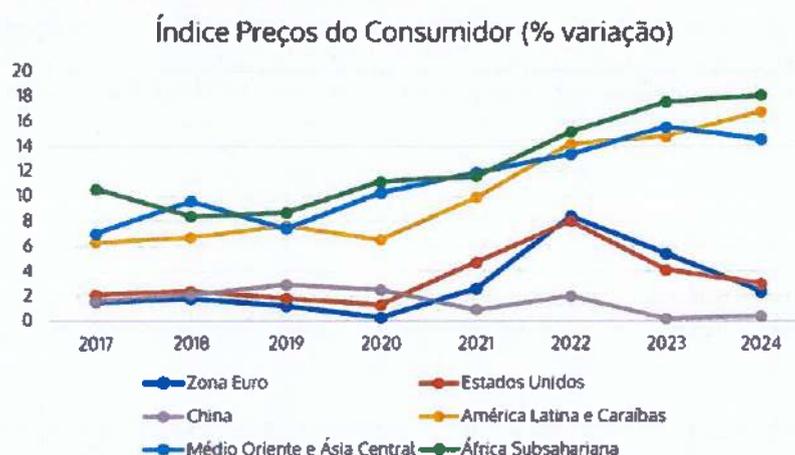
Estas dificuldades são ilustradas pela estagnação do crescimento do PIB mundial em 2024. Tanto o FMI como o WorldBank alertam que em 2024 as políticas fiscais e financeiras de muitos países foram desagravadas, as cadeias logísticas estabilizaram e a inflação foi largamente controlada. No entanto, o crescimento mundial ficou pelos 2,7%, o mesmo valor registado em 2023.

Abaixo apresentam-se os dados de crescimento do PIB desagregados pelas principais regiões do mundo.



Seguindo a tendência mundial, todas as principais regiões do mundo apresentaram variações pequenas no crescimento do PIB em 2024, mais um sintoma da estagnação do crescimento que muitos especialistas alertam que se pode transformar numa tendência de não crescimento no médio-longo prazo.

Outro indicador que também abrandou de forma generalizada foi a inflação.



Embora nem todas as regiões tenham verificado uma quebra nas taxas de inflação, a grande maioria das regiões conseguiu controlar este indicador. Segundo dados do WorldBank, em 2024 mais de 60% das economias do mundo apresentavam taxas de inflação iguais ou inferiores ao valor ideal.

Por trás deste comportamento está, segundo o WorldBank, a política monetária mais restritiva que a grande maioria dos países tem conduzido. A este fator o FMI adiciona a recuperação inesperada de dois grandes setores. Em primeiro lugar, o mercado da energia, onde se verificou uma quebra de preços mais acentuada do que antecipado. Em segundo lugar, um abrandar do mercado do trabalho, onde os problemas de falta de mão de obra foram ultrapassados mais rapidamente do que esperado.

De notar que o ajuste de preços à inflação foi menos sentido no setor de prestação de serviços onde a taxa de inflação subjacente se encontra nos 4,2%, cerca de 50% acima dos valores registados pré-pandemia. Esta pressão inflacionária no setor dos serviços fez-se sentir mais na primeira metade do ano onde o mercado laboral registou um maior esforço de aumento de salários para compensar o aumento do custo de vida que se tem vindo a sentir.

Relativamente a salários, a International Labour Organization (ILO) aponta para um crescimento real de 2,7%, indicando um aumento das remunerações superior à taxa de inflação. Com exceção dos Estados Árabes e de África, onde o salário médio real se manteve estável, todas as restantes regiões do mundo observaram crescimentos. De notar que este crescimento foi desigual, com os maiores aumentos a ocorrer no Oeste

e Centro Asiático onde o crescimento foi de 17,9%, e o menor crescimento a ser observado na América do Norte onde o crescimento ficou pelos 0,3%.

Na vertente não financeira, 2024 foi um ano particularmente preocupante no campo político. Os movimentos de extrema-direita vinham a ganhar força há alguns anos, mas 2024 viu alguns dos crescimentos mais acentuados de partidos deste movimento.

A imigração é cada vez mais o tema social crítico para as principais nações do mundo, tendo sido uma das bandeiras de campanha mais relevantes de Donald Trump, e a justificação para o ganho de poder de muitos partidos europeus.

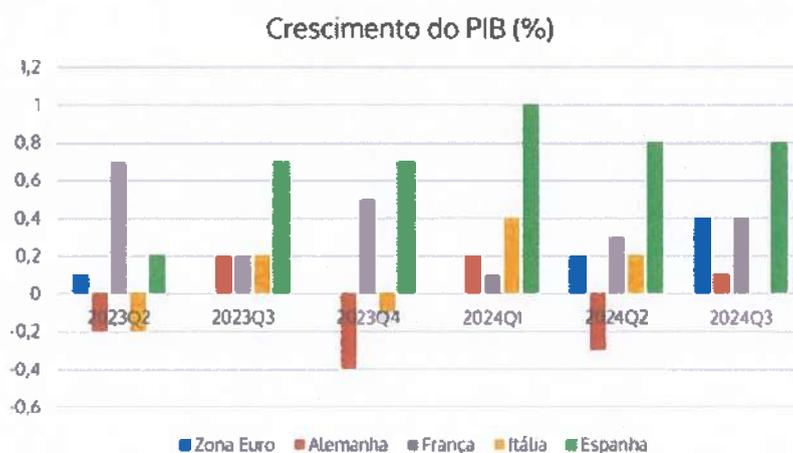
No campo do clima, 2024 foi o ano mais quente desde que há registo, com a temperatura mundial 1,5 graus acima da registada nos tempos pré-industriais. Este valor é particularmente preocupante, porque o Acordo de Paris de 2015 que tinha definido que o aumento médio da temperatura global nunca deveria ultrapassar os 1,5 graus.

Na área da tecnologia, a Inteligência Artificial tornou-se o tópico do momento. Inflacionou a valorização de empresas como a

NVIDIA. Levantou questões sobre a ética em volta do treino dos modelos de linguagem a uso, baseado em grande parte no alegado roubo de dados. Criou problemas legais relativos ao uso da imagem e voz de pessoas para fins maliciosos. Por fim, colocou em causa o futuro de algumas profissões como a animação e ilustração à medida que as empresas começaram a trocar os seus profissionais por software.

Europa

A Europa acompanhou a tendência global nos principais indicadores económicos e, tal como as restantes regiões do globo, teve como principal desafio as elevadas taxas de inflação.



Recorrendo a algumas regiões ilustrativas, o gráfico acima espelha o parco crescimento do PIB na Zona Euro em 2024.

A inflação continuou a cair, a média das economias da OCDE aponta para uma queda dos 3,8% registados a outubro de 2023 para os 2,3% a outubro de 2024. Um abrandar de 1,5 pontos percentuais e um aproximar considerável do valor ideal de 2%.

Relativamente ao desemprego, não houve alterações significativas entre 2023 e 2024. O Eurostat reportava que a taxa de desemprego na Zona Euro era de 6,5% em dezembro de 2023 e 6,3% em dezembro de 2024. Tendo a União Europeia como referência também se observa esta estabilidade, com a taxa de desemprego em dezembro de 2024 a ficar nos 5,9%, uma descida de 0,1 pontos percentuais face ao período homólogo.

No que toca ao desemprego jovem (pessoas abaixo dos 25 anos de idade), a taxa de desemprego desta faixa da população a dezembro de 2023 era de 14,6% e 15% na zona euro e na União Europeia respetivamente. Em 2024 este indicador agravou-se para os 14,8% na zona euro, e manteve-se inalterado, nos 15%, na União Europeia.

Desagregando o indicador do desemprego por género, o Eurostat aponta para uma taxa de desemprego a dezembro de 2024 de 5,7% na União Europeia para os homens, e de 6,1% para as mulheres. Considerando a zona euro, a taxa de desemprego para os homens em dezembro foi de 6,1%, enquanto para as mulheres foi de 6,5%.

Segundo o FMI o consumo privado cresceu 0,9% em 2024 na zona euro, embora seja um crescimento baixo, representa um aumento de 0,2 pontos percentuais face ao registado em 2023. O consumo público também acelerou, após crescer 1,2% em 2023, fechou o ano de 2024 com um aumento de 1,7%.

Principais Mercados Estrangeiros

China

Após uma ligeira aceleração do crescimento do PIB em 2023, este indicador abrandou em 2024, a OCDE estima que a taxa de crescimento tenha ficado pelos 4,9%. Embora seja um crescimento consideravelmente acima do registado a nível mundial, representa uma taxa inferior em 0,3 pontos percentuais face ao crescimento registado em 2023.

Este crescimento é consequência do equilíbrio entre o efeito positivo do reforço das exportações chinesas e do efeito negativo do mercado imobiliário que continua instável.

Nesta região a inflação tem permanecido muito baixa com os preços baixos do setor da alimentação a serem os maiores contribuidores para este comportamento. O FMI indica que 2024 terá registado uma taxa de inflação na casa dos 1%.

EUA

Segundo dados da OCDE, o PIB dos EUA deverá ter crescido 2,8% em 2024, uma subida acentuadamente acima do indicado nas previsões dos especialistas. De notar que a OCDE, no início de 2024, previa um ano com um crescimento de apenas 1,5% do PIB.

A taxa de inflação também diminuiu em 2024, segundo dados do FMI houve uma quebra de 1,1 pontos percentuais face aos 4,1% registados em 2023, ou seja, uma taxa de 3% para o ano findo.

O FMI adianta ainda que 2024 registou um aumento de 2,6% no consumo privado, um aumento superior em 0,1 pontos percentuais face ao registado em 2023. Já o consumo público, embora também tenha registado um aumento na casa dos 2,1%, sofreu um abrandar após ter aumentado 2,9% em 2023.

2.2 - A Nível Nacional

O Banco de Portugal registou um crescimento de 2,5% do PIB português em 2023. Para 2024 os dados indicam um crescimento de 1,7%, uma quebra de 0,8 pontos percentuais. Este atenuar de crescimento está ligado em grande parte ao moderar do setor do turismo.

O combate à inflação que dura desde os primeiros tempos pós-pandemia parece estar praticamente ganho. Segundo o Banco de Portugal, 2023 havia terminado com uma taxa de inflação de 5,3% e 2024 deu lugar a uma quebra acentuada deste indicador, fechando com uma taxa de 2,6%. Esta aproximação significativa ao valor ideal de 2% foi fruto de uma quebra dos custos salariais e de um contexto externo, que embora instável, não criou choques na economia portuguesa ao longo do ano.

Um setor que também cresceu significativamente foi o da habitação. Após ter sofrido uma contração em 2023, a recuperação foi drástica. Embora os dados oficiais do INE estejam apenas fechados a setembro de 2024, o ano que terminou registava um aumento de 8,5% no número de casas vendidas nos primeiros 9 meses do ano face ao mesmo período de 2023. Também o valor associado a estas vendas disparou, registando um

aumento de 13,5% face aos valores registados em 2023, o que representa um aumento significativo do preço das casas. Estudos independentes estimam que 2024 deverá fechar com uma subida adicional dos preços das casas de 3,4% no último trimestre do ano.

Esta subida acentuada dos preços segue uma tendência que já se vinha a registar há alguns anos, mas que foi acelerada por medidas tomadas pelo Governo em 2024 de apoio à compra através de isenções de pagamentos de impostos e garantias bancárias que serviram mais para subir o preço das casas do que para estimular o poder de compra.

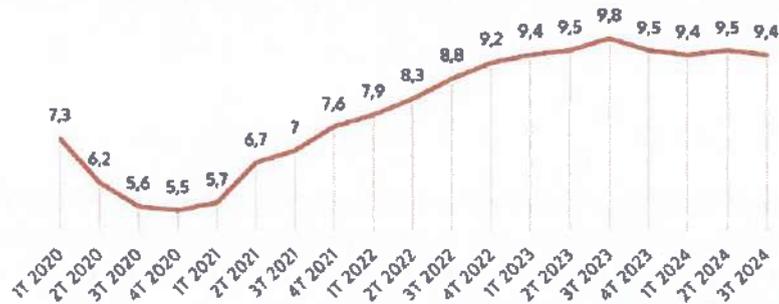
De acordo com a OCDE, o consumo privado cresceu 2,7% em 2024, um acelerar face ao crescimento de apenas 2% registados em 2023. Este crescimento deve-se em grande parte ao abrandar da inflação que se fez sentir ao longo do ano, bem com as medidas fiscais que colocaram mais dinheiro disponível nas mãos das famílias. Entre essas medidas sublinha-se as alterações feitas ao IRS que permitiram às pessoas levar uma porção maior do seu salário para casa, efeito especialmente notório nos meses de setembro e outubro. Também de realçar é o abrandar das taxas de juro, que permitiu às famílias poupar nos seus empréstimos.

De forma semelhante o consumo público também aumento 1,2% em 2024. Este aumento e o aumento sentido no investimento estão em grande parte alavancados no Programa de Recuperação e Resiliência.

Relativamente à troca de bens com o exterior, o Banco de Portugal e a OCDE apontam para um aumento entre 3,9% e 4,2% das exportações, um aumento assente no crescimento das exportações e bens. Segundo o Banco de Portugal, a maioria dos grupos de bens portugueses observou um aumento de quota de mercado nominal nos mercados da União Europeia. Por contrapartida as exportações do turismo diminuíram. Esta diminuição deve-se à normalização da procura após um período de crescimento acentuado nos anos pós-covid. Do lado das importações é esperado um aumento entre 5,2% e 5,6% em 2024 (dados Banco de Portugal e OCDE respetivamente).

A rentabilidade das empresas manteve-se estável ao longo de 2024, encontrando-se no terceiro trimestre de 2024 na casa dos 9,4%, um valor em linha com os registados no ano de 2023, com exceção do pico do terceiro trimestre desse período.

RENDIBILIDADE GLOBAL DAS EMPRESAS



Comparando o terceiro trimestre de 2024 com o período homólogo existe uma quebra de 0,3 pontos percentuais na rentabilidade das empresas, esta quebra foi transversal a todos os setores, com exceção da construção do gás e da água. Os setores onde a quebra foi mais acentuada foi no setor das sedes sociais onde se registou uma descida de 2,5 pontos percentuais, e no setor das indústrias onde se registou uma quebra de 1,2 pontos percentuais. No que toca às empresas públicas a rentabilidade destas fixou-se nos 7,1%.

A autonomia financeira das empresas aumentou para 45,1% no terceiro trimestre de 2024, era de 42,9% no período homólogo. O peso dos financiamentos no ativo das empresas baixou para 27,2% o que compara com os 28,8% registados no mesmo período do ano anterior. Este decréscimo foi transversal a todos os setores da economia, com exceção do setor das sedes sociais.

Quanto à dimensão das empresas, as PME, exceto as sedes sociais, registaram um aumento da autonomia financeira dos 44,2% no terceiro trimestre de 2023 para os 46,2% no mesmo período de 2024, enquanto as grandes empresas registaram um aumento deste rácio dos 36,3% para

os 37,5% no terceiro trimestre de 2024. No setor público, a autonomia financeira aumentou de 36,5% no terceiro trimestre de 2023 para 37,5% no mesmo período de 2024.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2024 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela entidade.

3.1- Análise das Atividades

3.1.1 - Creche

A Creche é um estabelecimento educativo que ministra apoio pedagógico e cuidados às crianças com idade até aos três anos. É também um ambiente criado para dar continuidade aos cuidados prestados pela família à criança, favorecendo entre outras, a satisfação das necessidades emocionais básicas de intimidade, de atenção, de aceitação, de desenvolvimento da auto-estima, descoberta e formação do eu em relação com o outro.

A Segurança Social contribuiu com 473,80€ mensais por utente, para 50 utentes protocolados, sendo essa a capacidade da resposta social bem como o n.º médio de utentes do ano de 2024.

3.1.2- Jardim de Infância

O Jardim de Infância/Estabelecimento Pré-Escolar é um serviço socio- educativo que ministra apoio pedagógico e cuidados às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico.

A Segurança Social contribuiu com 178,05€ mensais por utente, para 46 utentes protocolados sendo essa a capacidade da resposta social. O n.º médio de utentes do ano de 2024 foi de 42 utentes.

3.1.3- Centro de Dia

Centro de Dia é uma Resposta Social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas no seu meio habitual de vida, visando a promoção da autonomia e a prevenção de situações de dependência ou o seu agravamento.

A Segurança Social contribuiu com 170,95€ mensais por utente, para 32 utentes protocolados sendo a capacidade desta resposta social de 40 utentes. O n.º médio de utentes do ano de 2024 foi de 30 utentes.

3.1.4 - Serviço de Apoio Domiciliário

Serviço de Apoio domiciliário (SAD) é a resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básica e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

O Serviço de Apoio Domiciliário, existe para garantir o acompanhamento diário dos idosos. Prestando cuidados de qualidade e permitindo que estes permaneçam no conforto de suas casas.

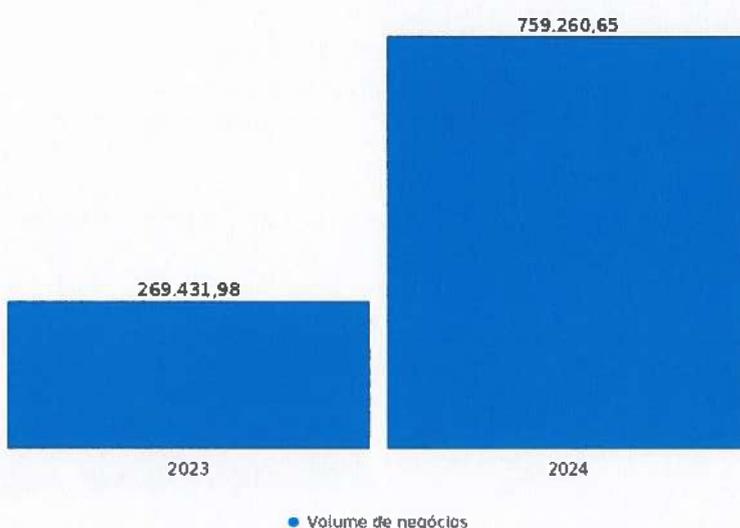
A disponibilidade, dedicação e qualificação do pessoal, é um atributo que contribui para a qualidade de vida dos nossos utentes. A Segurança Social contribuiu com 362,50€ mensais por utente, para 13 utentes protocolados sendo a capacidade desta resposta social de 40 utentes. O n.º médio de utentes do ano de 2024 foi de 29 utentes.

3.1.5 - Quadro Síntese Respostas Sociais

No quadro abaixo apresentamos o valor das comparticipações mensais por utente/Resposta Social da Segurança Social no ano de 2024. É de igual forma apresentado o n.º médio de frequências de utentes por resposta social e o respetivo custo médio por utente.

Resposta Social	Capacidade	Aterro	2024			
			M.º Médio Utentes	Comparticipação Social	Total Mensal	
Creche	50	50	50	473,80 €	23 690,00 €	472,82 €
Jardim Escola - Educação Pré-Escolar	46	46	42	178,05 €	7 478,10 €	365,09 €
Centro de dia	40	32	30	170,95 €	5 128,50 €	481,75 €
Serviço de Apoio Domiciliário	40	13	29	369,50 €	4 803,50 €	440,10 €

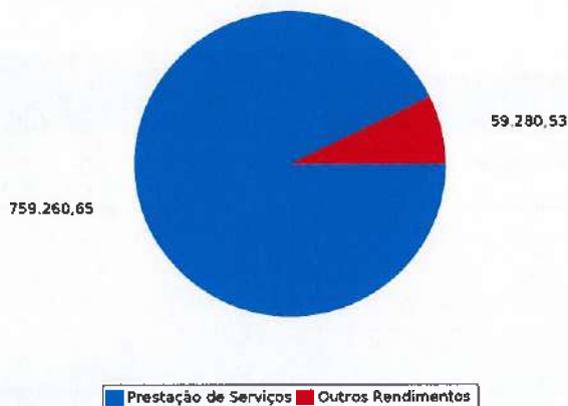
A evolução dos rendimentos é apresentada no gráfico seguinte:



A estrutura dos rendimentos encontra-se distribuída do seguinte modo:

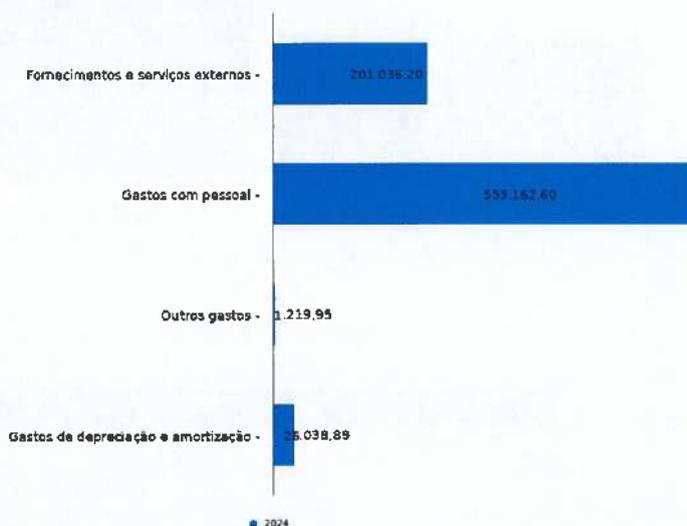
Redito	PERÍODO		Variação	
	2024	2023	Valor	%
Mensalidades dos Utentes				
Infância				
Creche	22 796,42	50 456,93	-27 660,51	-51%
Jardim de Infância	74 138,05	56 783,28	17 354,77	31%
Síndar				
Centro de Dia	98 124,06	81 615,80	16 508,26	20%
SAD (Serviço de Apoio Domiciliário)	75 594,34	80 596,17	-5 001,83	-6%
Comparticipações ISS, IP - Centro Distrital				
Infância				
Creche	280 057,57	234 126,72	45 930,85	20%
Jardim de Infância	92 474,19	89 621,45	2 852,74	3%
Síndar				
Centro de Dia	60 496,01	56 709,63	3 786,38	7%
Apoio Domiciliário	55 620,02	52 616,09	3 003,93	6%
Acordo de Cooperação Segurança Social				
Comparticipação Educadoras	23 604,72	0,00	23 604,72	100%
Subsídios de entidades públicas				
IEFP	0,00	2 618,24	-2 618,24	-100%
Município	608,65	0,00	608,65	100%
Doações, heranças e legados				
Doações e Heranças	12 745,92	1 566,00	11 179,92	714%
Outros Rendimentos				
Outros	4 729,43	1 483,64	3 245,79	219%
Correções relativas a períodos anteriores	13 625,57		13 625,57	100%
Imputação subsídios para investimentos	3 983,71	7 047,30	-3 063,59	-43%
Outros não especificados	0,33	804,39	-804,06	-100%
Total	818 541,18	716 089,63	102 451,55	14%

2024

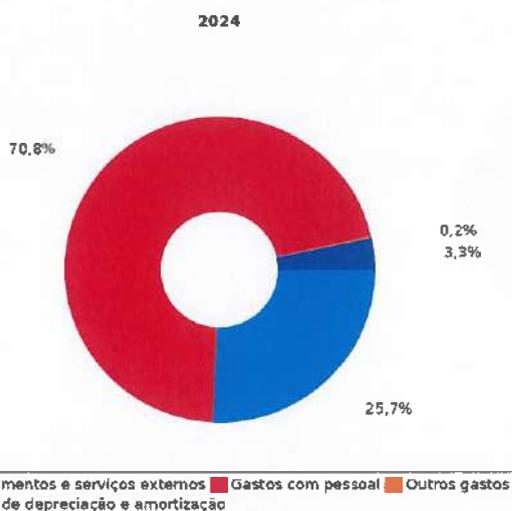


A alteração da estrutura de rendimentos deve-se à classificação dos Acordos de Cooperação relativos às respostas sociais como Prestação de Serviços no ano de 2024 é de referir que até ao ano de 2024 os mesmos foram contabilizados como Subsídios, conforme a FAQ n.º 39 do CNC.

Relativamente aos custos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura:



Abaixo representa-se o peso relativo de cada uma das naturezas de gastos incorridos no total dos custos da entidade:

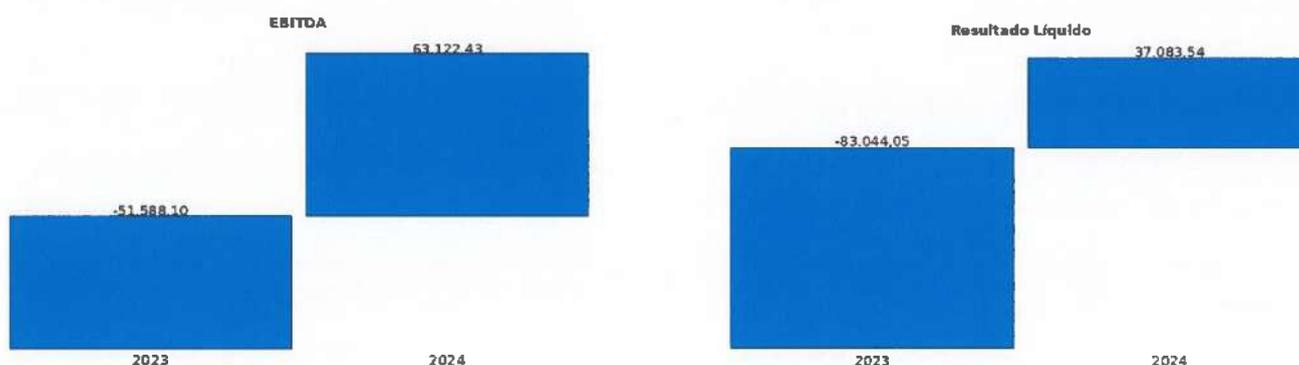


Em termos de gastos a rubrica de Gastos com Pessoal é a que tem maior peso na estrutura de gastos na Instituição cerca de 553.162,60, que representa cerca de 71% da totalidade dos gastos.

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

Itens	2022	PERÍODO 2023	
		2023	2024
Gastos com Pessoal		525.697,52	553.162,60
Nº Médio de Pessoas		31,00	31,00
Gasto Médio por Pessoa		16.957,98	17.843,95

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO 2023		
	2022	2023	2024
Ativo não corrente		314.558,75	351.221,93
Percentagem ativo não corrente		71,87%	61,29%
Ativo corrente	183.838,71	123.137,68	221.805,97
Percentagem ativo corrente	100,00%	28,13%	38,71%
Total ativo	183.838,71	437.696,43	573.027,90
Capital Próprio	183.838,71	338.330,93	456.548,76
Percentagem Capital Próprio	100,00%	77,32%	79,67%
Passivo corrente		99.265,50	116.479,14
Percentagem passivo corrente		22,68%	20,33%
Total Capital Próprio e Passivo	183.838,71	437.596,43	573.027,90

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Centro Paroquial de Barcelinhos no período económico findo em 31 de dezembro de 2024 realizou um resultado líquido de 37.083,54€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Itens	PERÍODO 2024
Resultados Transitados	37.083,54
Total	37.083,54

5 - Expetativas Futuras

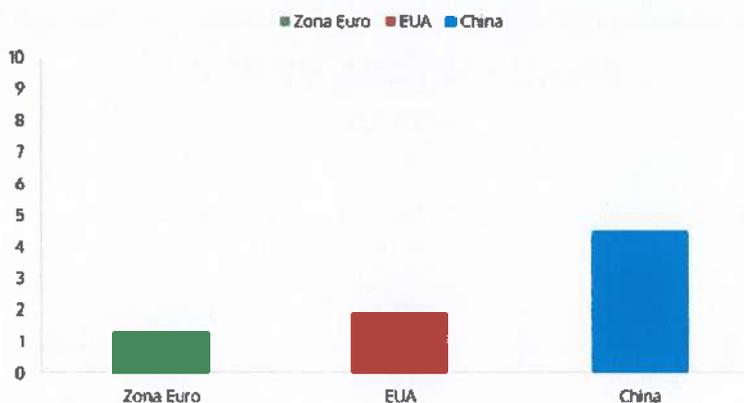
5.1- Cenário macroeconómico

Mundo

Direção *Leandro Jorge Dias da Silva*
Beatrizma Sousa

O FMI estima um crescimento de 3,3% do PIB mundial em 2025 e 2026. Esta previsão representa um crescimento mais moderado do que anteriormente antecipado. Esta moderação é em grande parte justificada pelo crescimento inferior ao previsto das economias da China, Índia e Europa.

CRESCIMENTO DO PIB



Relativamente à inflação é esperada uma taxa de 4,2% em 2025 e de 3,5% em 2026. Esta descida é potenciada pela estabilização do crescimento dos salários e pela descida dos preços dos produtos básicos. No entanto, o FMI deixa dois alertas. Em primeiro lugar, a pressão inflacionária sobre os serviços deve manter-se alta, em países como os Estados Unidos a taxa de inflação deste setor deverá continuar superior a valores pré-pandemia. Em segundo lugar, algumas regiões do globo têm demonstrado dificuldades em controlar as suas taxas de inflação. De forma generalizada os governos devem abrandar o processo de relaxamento das medidas de contenção financeira.

É importante referir que os indicadores mencionados acima, PIB e inflação, estão bastante alavancados no comportamento futuro da economia americana. Um dos maiores riscos do ponto de vista económico para o próximo ano é que as medidas socioeconómicas que Donald Trump venha a implementar, nomeadamente na área da imigração, impactem diretamente o mercado da mão de obra, venham a inverter as previsões acima mencionadas. Uma realocação em grande escala de imigrantes, que compõem uma parte significativa do mercado de mão de obra em setores como restauração, indústria, entre outros, pode pôr em causa o potencial produtivo da economia dos EUA.

O desemprego deverá manter-se baixo com a ILO a apontar para uma taxa de 5% em 2025 e 4,9% em 2026. Estes valores são os mais baixos registados pela organização desde 1991. No entanto a ILO alerta que os jovens devem continuar a ser mais afetados com a taxa de desemprego nesta camada a ficar nos 12,6% em 2025.

Do ponto de vista político e ambiental, 2025 promete ser um ano instável. A chegada ao poder de Donald Trump abre a porta a uma mudança radical de posições dos EUA relativamente a matérias de política interna e externa.

Com o novo presidente a declarar uma vontade de terminar os conflitos armados da Rússia e Ucrânia e da Palestina e Israel o mais rapidamente possível, o mundo espera um abandono total dos apoios por parte dos EUA a um dos lados em cada um dos conflitos. Adicionalmente, as promessas de Donald Trump sobre imigração e tarifas colocam uma pressão sobre as relações do país com os seus vizinhos e aliados.

Por fim, as promessas do novo líder dos EUA de retirada de todos os pactos ambientais, colocam em causa as metas de controlo de alterações climáticas com muitos especialistas a duvidar que os danos causados por uma América sem regulação, durante quatro anos, possam ser revertidos.

O mundo deve esperar mais catástrofes naturais de cada vez maior intensidade e frequência, causando mais danos materiais e humanos.

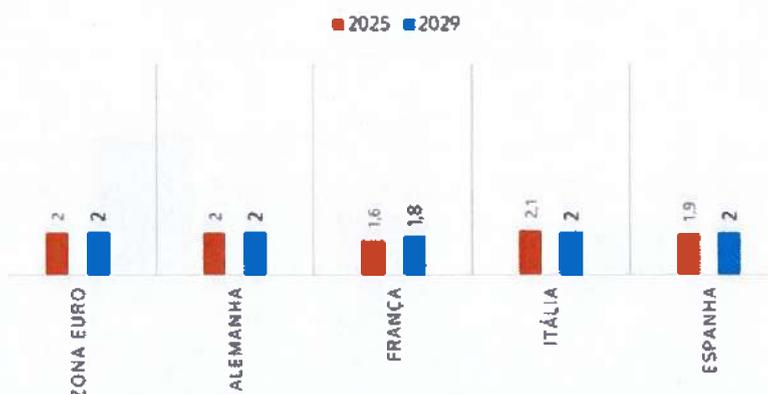
Europa

Direção *Bea Siqueira*
Bea Siqueira

É esperado que o crescimento da zona euro acelere, atingindo os 1,3% em 2025 e 1,5% em 2026. Este crescimento é suportado pelo melhorar das condições financeiras e pela moderação do setor das energias e bens de consumo.

Relativamente à inflação, a OCDE espera que a tendência de redução da inflação continue, com a taxa a cair para os 2,1% em 2025 e 1,9% em 2026. O maior risco associado a estas previsões está na volatilidade dos preços associados ao setor da energia e na pressão elevada que continua a fazer-se sentir sobre os preços do setor dos serviços.

PREÇOS NO CONSUMIDOR



O FMI espera que o consumo privado da Zona Euro cresça 1,3% em 2025. Embora seja um crescimento relativamente baixo, representa um aumento face ao registado em 2024, um ano que desapontou os especialistas. No ano findo registou-se um nível de poupanças superior ao registado no período pré-pandemia. À medida que as medidas financeiras restritivas foram sendo levantadas, nomeadamente no que toca às taxas de juro que baixaram significativamente ao longo do ano, as pessoas acumularam poupanças ao invés de aumentar o consumo. Para 2025 é esperado que este nível de poupança baixe à medida que os consumidores ganham confiança nas economias nacionais. O consumo público deve abrandar, crescendo apenas 0,9% em 2025.

Para o mercado do trabalho é esperado uma estabilização. As taxas de desemprego deverão ser 6,4% em 2025, 6,4% em 2026 e 6,3% em 2027. Embora o mercado do trabalho apresente uma grande robustez, as previsões de crescimento económico baixo levam os especialistas a prever que não haja uma grande expansão do mercado da mão de obra.

Outros China

A OCDE espera um crescimento de 4,7% do PIB chinês em 2025, sinalizando um abrandamento da economia do país. O abrandamento deve perdurar com o crescimento em 2026 a baixar ligeiramente para os 4,4%.

A expectativa é de que a taxa de inflação permaneça baixa, segundo o FMI deverá ser entre 1,7% e 2% em 2025. Adicionalmente é previsto que a taxa se mantenha estável, na casa dos 2% em 2029.

EUA

As projeções iniciais da OCDE apontavam para um aumento da produtividade da economia americana alavancado nos fluxos migratórios que tinham expandido o potencial da economia.

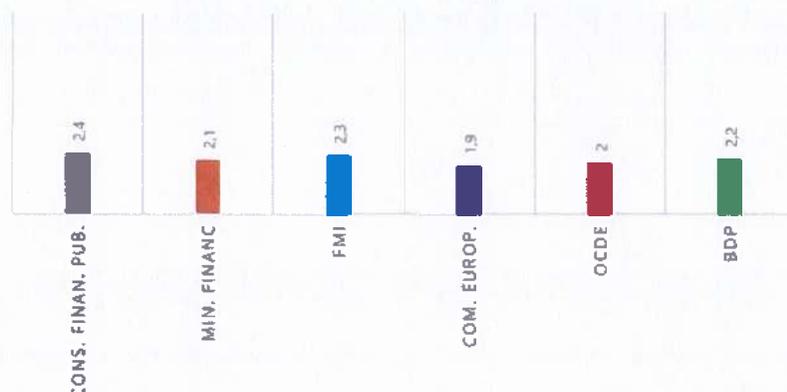
A expectativa de crescimento do PIB era de 2,4% em 2025 e 2,1% em 2026. Um ligeiro abrandar face ao crescimento registado em 2024, em parte porque é esperada uma diminuição do crescimento do mercado de trabalho o que fará moderar o consumo privado.

É esperado que a inflação continue a baixar ao longo de 2025 e que o ano termine com a taxa nos 1,9%. E previsão do FMI é que esta taxa estabilize nos 2,1% a médio/longo prazo.

5.2 - Cenário Interno

Apresentam-se de seguida as principais projeções de crescimento do PIB para 2025.

CRESCIMENTO PIB 2025 (%)



Como é possível observar no gráfico acima, as projeções de crescimento para o próximo ano variam entre os 1,9% e os 2,4%. Para 2026 as projeções variam entre os 2,0% e os 2,2%. No longo prazo, o FMI prevê uma taxa de crescimento de 1,9% em 2029. Este crescimento futuro deverá ser impulsionado pelo gasto dos fundos do PRR e pelo aumento esperado dos salários nos próximos anos.

As exportações, segundo dados do Banco de Portugal, devem crescer 3,2%, depois de terem crescido entre 3,9% e 4,2% em 2024. As importações deverão desacelerar, crescendo 4,7%, depois de terem crescido entre 5,2% e 5,6% em 2024.

Um dos fatores que mais abona a favor do futuro da economia portuguesa é o controlo da inflação. A OCDE, que tinha das estimativas mais pessimistas para este indicador, colocando a inflação nos 8,1% em 2022 e 5,3% em 2023, aponta 2024 como o ano em que a taxa foi oficialmente controlada e estima valores na casa dos 2,2% para 2025 e 2,1% em 2026. Observando-se esta trajetória, Portugal atingirá o rácio ideal de estabilidade de 2% mais cedo do que antecipado. Esta descida continua a ser suportada pela estabilização dos preços da energia e da alimentação. Adicionalmente, a pressão sobre os preços do setor dos serviços também tem vindo a baixar.

Relativamente ao consumo privado, o Banco de Portugal e a OCDE preveem um crescimento de 2,7% em 2025, e de 1,9% a 2% para 2026. Este crescimento está alinhado com o abrandar da inflação e com a projeção de aumento de salários que contribuem para a recuperação das poupanças das famílias.

No consumo público as projeções são menos claras, o Banco de Portugal projeta um crescimento de 1,1% em 2025 e 0,8% em 2026 o que representaria um abrandar do crescimento deste indicador, por oposição a OCDE projeta um crescimento de 1,2% em 2025 e 1,6%, o que representa um acelerar do mesmo. Não obstante a diferença na previsão do comportamento do indicador, ambas as entidades apontam para um crescimento semelhante em 2025.

O Banco de Portugal prevê poucas mexidas para a taxa de desemprego, colocando o valor previsto para 2025 nos 6,3% e para 2026 nos 6,2%. Desta forma, esta taxa deverá manter-se historicamente baixa. Tal deve acontecer porque a política orçamental do novo governo tem tido linhas de maior investimento na atividade económica, o que deverá fomentar a atividade. Adicionalmente, projetase um aumento dos salários reais.

Mesmo com o aumento dos gastos por parte do governo e alguns cortes nas fontes de rendimento, a OCDE estima que o rácio de dívida pública de Portugal continue a cair, atingindo os 89,3% do PIB em 2026.

Direção
Beáta Maria
Beáta Maria

5.3 - Evolução previsível da entidade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que futuro próximo a entidade continuará a tomar as medidas que se mostrarem adequadas às circunstâncias, em consonância com a situação mundial, expectando que a atividade da instituição não seja significativamente afetada, dependendo igualmente de apoios por parte do Governo para que não se reflita no Centro Paroquial de Barcelinhos. A Direção mantém o compromisso com a sustentabilidade financeira da Instituição e está a monitorizar a evolução das principais rubricas orçamentais, tendo em vista a sua racionalização e a preservação do equilíbrio económico a médio prazo.

6 - Outras Informações

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2024.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade. Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Centro Paroquial de Barcelinhos.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras.

Barcelinhos, 30 de abril de 2025,

Direção
Beatriz da Graça



**Balço - (modelo para ESNL)
am 31-12-2024
(montantes em EUR)**

Centro Paroquial de Barcelinhos

RUBRICAS	Notas	DATAS 2024	
		2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	345.497,72	308.834,54
Outros créditos e ativos não correntes	9	5.724,21	5.724,21
		351.221,93	314.558,75
Ativo corrente			
Inventários	5		335,89
Créditos a receber	9	33.754,54	
Estado e outros entes públicos	13	1.472,11	29.818,15
Diferimentos	9	3.436,26	3.053,18
Caixa e depósitos bancários	14	183.143,06	89.930,46
		221.805,97	123.137,68
Total do ativo		573.027,90	437.696,43
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9	197.025,17	197.025,17
Resultados transitados	9	161.838,97	183.885,48
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	9	60.601,08	40.464,33
Resultado líquido do período		37.083,54	-83.044,05
Total dos fundos patrimoniais		456.548,76	338.330,93
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores			
	9	16.987,65	1.604,39
Estado e outros entes públicos	13	14.105,11	23.740,59
Outros passivos correntes	9;10	85.386,38	73.920,52
		116.479,14	99.265,50
Total do passivo		116.479,14	99.265,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		573.027,90	437.596,43

Direção R. Paulo Jorge Dias de Sá
Bernardo José

Contabilista Certificado Nº 71156



Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNI)
do período findo em 31-12-2024
(montantes em EURO)

Centro Paroquial de Barcelinhos

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		780.768,73	706.684,11
Pagamentos a fornecedores		208.809,83	172.095,41
Pagamentos ao pessoal		433.600,13	525.697,52
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>138.358,77</u>	<u>8.891,18</u>
Outros recebimentos/pagamentos		-24.971,15	-88.866,55
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>113.387,62</u>	<u>-79.975,37</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	37.675,02	13.475,93
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>		17.500,00	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>-20.175,02</u>	<u>-13.475,93</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>	6		456,95
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			<u>-456,95</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		93.212,60	-93.908,25
Caixa e seus equivalentes no início do período	17	89.930,46	183.838,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	<u>183.143,06</u>	<u>89.930,46</u>

Direção

B. Paulo José Vieira de Sá
Berthelma Igreja

Contabilista Certificado N° 71156

Paulo Silva
Página: 1 / 1

Demonstração dos Resultados por
Naturezas - (modelo para ESNL)
do período findo em 31-12-2024
(montantes em EURO)

Centro Paroquial de Barcelinhos

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODO	
	2024	2023
Vendas e serviços prestados	759.260,65	269.431,98
Subsídios, doações e legados à exploração	36.959,49	437.252,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-89.251,70
Fornecimentos e serviços externos	-201.036,20	-151.191,81
Gastos com o pessoal	-553.162,60	-525.697,52
Outros rendimentos	22.321,04	9.335,52
Outros gastos	-1.219,95	-1.466,70
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	63.122,43	-51.588,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-26.038,89	-31.455,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	37.083,54	-83.044,05
Resultado antes de impostos	37.083,54	-83.044,05
Resultado líquido do período	37.083,54	-83.044,05

Direção

P. Paulo Jorge Diniz da Silva
Bertelina Igreja

Contabilista Certificado N.º 71156

José Luís
Página: 1 / 1

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Centro Paroquial de Barcelinhos

ANO: 2024

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade	4
1.1 - Dados de identificação	4
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	4
2.1 - Referencial contabilístico utilizado	4
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras	5
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	5
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	6

3.1 - Principais políticas contabilísticas	6	
3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas	9	
3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas	10	
4 - Ativos fixos tangíveis	10	
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis	10	
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	10	
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	11	
5 - Inventários	12	
5.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	12	
5.2 - Quantia escriturada de inventários	12	
6 - Rendimentos e gastos	13	
6.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de	13	
acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços		
6.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:	13	
6.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos	14	
7 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	15	
7.3 - Outras divulgações		15
8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	16	
8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas	16	
8.2 - Principais doadores / fontes de fundos	17	
9 - Instrumentos financeiros	17	
9.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros	17	
9.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes	18	
9.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:	18	
9.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço	19	
9.4.1 - Dívidas a fornecedores	19	
9.4.2 - Outros Passivos Correntes	19	
9.5 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme 19 quadro seguinte:		
9.6 - Outras divulgações	20	
10 - Benefícios dos empregados	20	
10.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas	21	
10.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão	21	
10.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade	21	
11 - Acontecimentos após a data do balanço	22	
11.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados	22	nem no balanço
11.2 - Eventos Subsequentes	22	

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais	23
12.1 - Informação por atividade económica	23
12.2 - Informação por mercado geográfico	23
12.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais	24
13 - Impostos e contribuições	24
13.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:	24
13.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições	24
14 - Fluxos de caixa	25
14.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	25

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Paroquial de Barcelinhos

Número de identificação de pessoa coletiva: 502390425

Lugar da sede social: Rua Dr. José Gualberto Sá Carneiro, 402 4755-055 Barcelinhos

Endereço eletrónico: direcao@centroparoquialbarcelinhos.pt Página da internet:

Natureza da atividade: Atividades de cuidados diurnos para crianças, sem alojamento,

O Centro Paroquial de Barcelinhos doravante designado por jcb491 é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública, sujeita em Direito Canónico de obrigações e de direitos consentâneos com a índole de instituto da Igreja Católica. O Centro é reconhecido como Instituição Particular de Solidariedade Social, qualificada como Institutos de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, devidamente inscrita no competente registo das IPSS, em 24 de maio de 1989 sob o n.º 31/91. Os fins e objetivos do Centro Paroquial de Barcelinhos concretizam-se mediante a concessão, a prestação de serviços de outras iniciativas de promoção do bemestar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Apoio à Primeira Infância, através de Creche, Estabelecimento Pré-Escolar, incluindo crianças e jovens em perigo; • Apoio à família;
- Apoio às pessoas idosas, através da Estrutura Residencial de Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio, Apoio Domiciliário, ou outras;
- Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;

O Centro tem os seguintes fins secundários:

1. Na medida em que a prática o aconselhe e os meios disponíveis o permitam, o Centro poderá exercer, futuramente, de modo secundário, outras atividades de fins não lucrativos, de carácter cultural, educativo, recreativo, de assistência e de saúde.
2. O Centro pode dar autonomia pu alguns dos seus serviços mediante a criação de fundações pias autónomas canonicamente eretas.
3. O Centro não tem fins lucrativos.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. - Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de

rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; • Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Derrogações das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2023, com exceção dos efeitos decorrentes da alteração de política contabilística descrita na nota 3.2 e da correção de erro material descrita na nota 3.3 infra.

Em 2024, procedeu-se à alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento dos valores recebidos no âmbito dos Acordos de Cooperação celebrados com a Segurança Social.

Em conformidade com a interpretação da FAQ n.º 39 do Conselho Nacional de Contabilidade (CNC), estas verbas passaram a ser reconhecidas como “Prestação de Serviços” (Conta 72) e não como “Subsídios à Exploração” (Conta 75), uma vez que o pagamento depende da frequência efetiva dos utentes, representando uma contraprestação pelos serviços prestados.

Como consequência, para efeitos de comparabilidade, os montantes respeitantes ao exercício de 2023 foram reexpressos, com a reclassificação dos respetivos valores entre as rubricas indicadas, sem impacto no resultado líquido do período.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases gerais de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pela Direção.

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à

Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC no que se refere à atividade desenvolvida de carácter comercial, industrial, ou agrícola.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes/Utentes e outros valores a receber

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rêdito e regime do acréscimo

O rêdito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rêdito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rêdito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rêdito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Alteração no reconhecimento das verbas de Acordos de Cooperação

Direção

P. Paulo José Dias de Sá
Bertelina Sousa

Contabilista Certificado Nº 71156

No exercício de 2024, o Centro Paroquial de Barcelinhos alterou a política contabilística de reconhecimento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação celebrados com a Segurança Social, em conformidade com a interpretação da FAQ n.º 39 do Conselho Nacional de Contabilidade (CNC):

"Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem do valor correspondente a esta prestação de serviços, informação a ter em conta, designadamente para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, bem como do n.º 2 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos;

b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75)."

Assim, as verbas anteriormente classificadas como Subsídios à Exploração (conta 75) passaram a ser reconhecidas como Prestação de Serviços (Conta 72), por estarem dependentes da variação de frequência dos utentes, correspondendo à contraprestação pelos serviços prestados.

Alteração no reconhecimento dos gastos com alimentação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Entidade procedeu a uma alteração na política contabilística relativa ao reconhecimento dos gastos com alimentação.

No exercício anterior 2023, os gastos com alimentação foram reconhecidos na rubrica de "Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas" (CMVMC). No entanto, considerando que os referidos gastos correspondem a serviços de fornecimento de refeições prestados por entidades externas, e que, portanto, constituem efetivamente subcontratação de serviços, a Entidade passou a reconhecer, no exercício de 2024, tais gastos na rubrica de "Subcontratos" (classe 62 – Fornecimentos e Serviços Externos). Esta alteração de política contabilística foi efetuada com o objetivo de melhor refletir a natureza económica das transações e assegurar uma apresentação mais apropriada e fidedigna das demonstrações financeiras, em conformidade com o princípio da substância sobre a forma, conforme previsto na ESNL.

A alteração não teve impacto no resultado líquido nem na posição financeira da Entidade, tendo apenas efeitos ao nível da apresentação na demonstração dos resultados por naturezas.

Para efeitos comparativos, os valores relativos aos exercícios de 2024 e 2023 encontram-se discriminados na Nota 19 – Gastos por naturezas, permitindo a devida transparência sobre esta alteração.

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Antes Reexpressão		Reexpressão	Reexpressado
		31-12-2024	31-12-2023		
Vendas e serviços prestados		759 260,65	269 431,98	433 067,89	702 499,87
Subsídios, doações e legados à exploração		36 959,49	437 252,13	-433 067,89	4 184,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	-89 251,70	89 251,70	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-201 036,20	-151 191,81	-89 251,70	-240 443,51
Gastos com o pessoal		-553 162,60	-525 697,52		-525 697,52
Outros rendimentos		22 321,04	9 335,52		9 335,52
Outros gastos		-1 219,95	-1 466,70		-1 466,70
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		63 122,43	-51 588,10	0,00	-51 588,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-26 038,89	-31 455,95		-31 455,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		37 083,54	-83 044,05	0,00	-83 044,05
Resultado antes de impostos		37 083,54	-83 044,05	0,00	-83 044,05
Resultado líquido do período		37 083,54	-83 044,05	0,00	-83 044,05

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício de 2024, foi identificado e corrigido um erro material referente ao reconhecimento de um terreno no ativo imobilizado, no valor de 103.500,56 EUR. O bem encontrava-se registado nos Ativos Fixos Tangíveis desde exercício anterior, sem que exista evidência suficiente da sua aquisição onerosa ou atribuição gratuita formalizada.

Direção
Paulo Jorge Brás de Sá
Bertheine Aguiar

Contabilista Certificado Nº 71156

A correção foi realizada por eliminação do ativo, com efeitos retrospectivos, através de ajustamento aos Resultados Transitados, nos termos da NCRF-ESNL (secção 4.5). Esta correção não teve impacto no resultado líquido do exercício em curso, mas afetou os saldos iniciais do ativo e dos fundos patrimoniais de 2024.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo tangível é escriturado pelo seu custo, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Instituição deprecia os ativos fixos tangíveis, de acordo com a vida útil estimada pela Direção.

AFT - Bases mensuração e métodos de depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Modelo de Custo	Método de linha reta	50/8	2%/12,5%
Equipamento básico	Modelo de Custo	Método de linha reta	8	12,5%
Equipamento de transporte	Modelo de Custo	Método de linha reta	8	12,5%
Equipamento administrativo	Modelo de Custo	Método de linha reta	6	16,67%
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo de Custo	Método de linha reta	8	12,5%

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo e biológicos	Equipamento básico	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento AFT	TOTAL
Valor bruto no									
	7.481,97	628.148,58	73.937,16	105.691,45	95.041,98	0,00	12.272,92	0,00	922.574,06 início
Depreciações	0,00	352.705,18	72.395,04	92.976,45	83.389,94	0,00	12.272,91	0,00	613.739,52 acumuladas
Saldo no início do período	7.481,97	275.443,40	1.542,12	12.715,00	11.652,04	0,00	0,01	0,00	308.834,54

Direção
Paulo José Bacia do Sá
Benteliana Freije

Contabilista Certificado Nº 71156

Variações do período	0,00	-10.664,95	1.644,41	46.860,17	-1.639,84	0,00	463,39	0,00	0,00	36.663,18
Total de aumentos	0,00	1.007,00	1.211,69	35.975,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.193,71
Aquisições em primeira mão	0,00	1.007,00	1.211,69	35.975,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.193,71
Total diminuições	0,00	12.615,37	1.122,26	19.149,32	3.036,14	0,00	115,80	0,00	0,00	36.038,89
Depreciações do período	0,00	12.615,37	1.122,26	9.149,32	3.036,14	0,00	115,80	0,00	0,00	26.038,89
Alienações	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transferências de AFT	0,00	943,42	1.554,98	30.034,47	1.396,30	0,00	579,19	0,00	0,00	34.508,36
Saldo no fim do período	7.481,97	264.778,45	3.186,53	59.575,17	10.012,20	0,00	463,40	0,00	0,00	345.497,72
Valor bruto no fim do período	7.481,97	629.155,58	75.148,85	131.666,47	95.041,98	0,00	12.272,92	0,00	0,00	950.767,77
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	364.377,13	71.962,32	72.091,30	85.029,78	0,00	11.809,52	0,00	0,00	605.270,05

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento transporte	Equipamento			Equipamento de	Outros AFT	Adiantament AFT em curso os AFT	TOTAL
				Equipamento s biológicos	administrativ básico	o				
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações do período	7.481,97	275.443,40	1.542,12	12.715,00	11.652,04	0,00	0,01	0,00	0,00	308.834,54
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	12.562,99	1.233,90	12.715,00	4.249,06	0,00	695,00	0,00	0,00	31.455,95
Depreciações do período	0,00	12.562,99	1.233,90	12.715,00	4.249,06	0,00	695,00	0,00	0,00	31.455,95
Outras transferências	7.481,97	288.006,39	2.776,02	25.430,00	15.901,10	0,00	695,01	0,00	0,00	340.290,49
Saldo no fim do período	7.481,97	275.443,40	1.542,12	12.715,00	11.652,04	0,00	0,01	0,00	0,00	308.834,54
Valor bruto no fim do período	7.481,97	628.148,58	73.937,16	105.691,45	95.041,98	0,00	12.272,92	0,00	0,00	922.574,06
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	352.705,18	72.395,04	92.976,45	83.389,94	0,00	12.272,91	0,00	0,00	613.739,52

5 - Inventários

5.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

5.2 - Quantia escriturada de inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e	Total Período	Mercadorias Per.	Mat. Prim. e Sub.	Total Per. Anterior
		Subsid.		Anterior	Per. Anterior	
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	0,00	335,89	335,89
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00	89.251,70	89.251,70

OUTRAS INFORMAÇÕES

Nenhum item do inventário está sujeito a penhor esperando que sejam todos consumidos durante o período de 12 meses. Não existe qualquer imparidade de inventários.

6 - Rendimentos e gastos

6.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do réditio incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

- Prestação de serviços - são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços;- Rendimentos suplementares - são relativos às rendas e aos débitos de energia pagos pelas entidades arrendatárias dos imóveis à exploração;
- Juros - são reconhecidos pelo método do juro efetivo

6.2 - Quantia de cada categoria significativa de réditio reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Prestação de serviços - são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços.

No 2024 foi alterada a contabilização dos valores recebidos por parte da Segurança Social, deixando de ser classificados como Subsidios e passando a ser classificados como Prestação de Serviços, conforme a FAQ n.º 39 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC):

"...Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

- a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem do

valor correspondente a esta prestação de serviços, informação a ter em conta, designadamente para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, bem como do n.º 2 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos;

b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75)."

Rédito	PERÍODO		Variação	
	2024	2023	Valor	%
Mensalidades dos Utentes				
Infância				
Creche	22 796,42	50 456,93	-27 660,51	-55%
Jardim de Infância	74 138,05	56 763,28	17 374,77	31%
Sénior				
Centro de Dia	98 124,08	81 615,60	16 508,48	20%
SAD (Serviço de Apoio Domiciliário)	75 594,34	80 596,17	-5 001,83	-6%
Comparticipações ISS, IP - Centro Distrital				
Infância				
Creche	280 057,57	234 126,72	45 930,85	20%
Jardim de Infância	92 474,16	89 621,45	2 852,71	3%
Sénior				
Centro de Dia	60 456,01	56 703,63	3 752,38	7%
Apoio Domiciliário	55 620,02	52 616,09	3 003,93	6%
Acordo de Cooperação Segurança Social				
Compensação Educadoras	23 604,72	0,00	23 604,72	100%
Subsídios de entidades públicas				
IEFP	0,00	2 618,24	-2 618,24	-100%
Município	608,85	0,00	608,85	100%
Doações, heranças e legados				
Doações e Heranças	12 745,92	1 566,00	11 179,92	714%
Outros Rendimentos				
Outros	4 729,43	1 483,64	3 245,79	219%
Correções relativas a períodos anteriores	13 625,57		13 625,57	100%
Imputação subsídios para investimentos	3 965,71	7 047,50	-3 081,79	-44%
Outros não especificados	0,33	804,38	-804,05	-100%
Total	818 541,18	716 019,63	102 521,55	14%

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	759.260,65	269.431,98
Total	759.260,65	269.431,98

Os réditos da Instituição apresentam uma variação positiva de 102 521,55€ que representa cerca de 14% face ao ano anterior, este aumento é consequência maioritariamente do aumento das comparticipações da Segurança Social no montante de 79 144,59€.

6.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, foi a seguinte:
Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	57.590,46	0,00
Serviços especializados	44.331,46	96.540,89
Trabalhos especializados	15.669,54	9.743,75
Publicidade e propaganda	147,60	784,74
Vigilância e segurança	1.217,94	0,00
Honorários	7.054,45	4.903,65
Conservação e reparação	17.284,81	81.108,70
Outros	2.957,12	0,00
Materiais	39.220,21	10.047,98
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	956,90	3.660,97
Material de escritório	3.108,98	6.387,01
Artigos para oferta	131,80	0,00
Outros	35.022,53	0,00
Energia e fluidos	34.497,56	22.943,97
Electricidade	10.851,11	6.855,31
Combustíveis	9.728,77	10.956,68
Água	7.646,29	2.183,57
Outros	6.271,39	2.948,41
Deslocações, estadas e transportes	10.172,00	4.480,00
Deslocações e estadas	10.172,00	4.480,00
Serviços diversos	15.224,51	17.178,97
Rendas e alugueres	2.700,30	2.644,50
Comunicação	1.522,40	939,05
Seguros	5.710,88	5.783,90
Contencioso e notariado	210,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	5.080,93	6.427,32
Outros serviços	0,00	1.384,20
Total	201.036,20	151.191,81

Em 2024, os gastos com alimentação passaram a ser reconhecidos na rubrica de Subcontratos, por se tratarem de serviços prestados por terceiros (fornecimento de refeições), enquanto que, em 2023, esses gastos estavam incluídos em CMVMC. Esta alteração foi efetuada em conformidade com os princípios da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL, conforme descrito na Nota 3.

7 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

7.3 - Outras divulgações

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como:

i) Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou ii) Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos. Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Estado - Atrib. Ant.	Do Estado		Do Estado -		Outras Ent. -		Outras Ent. -		Das Quais UE		Das Quais UE	
		Valor	Valor	Valor	Outras Ent. -	Valor	Valor	Valor	- Valor	- Valor	- Valor	- Valor	
		Atribuído	Per.	Imputado	Atrib.	Atribuído	Per.	Imputado	Per. Ant.	Atribuído	Imputado	Período	Período
Subsídios ao investimento	0,00	1.444,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	2.520,83		
Para ativos fixos tangíveis	0,00	1.444,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	2.520,83		
Edifícios e outras construções	0,00	1.444,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	2.520,83		
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subsídios à exploração	0,00	23.604,72	0,00	0,00	606,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Direção *P. Paulo Jorge Brás de Sá*
Beatriz S. S. S. S.

Contabilista Certificado Nº 71156

Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	25.049,60	0,00	0,00	606,85	0,00	0,00	17.500,00	2.520,83

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Estado - Atrib. Ant.	Do Estado		Do Estado -		Outras Ent.- Atrib. Ant.	Outras Ent. -		Outras Ent.- Valor Imputado	Das Quais UE		Das Quais UE	
		Valor Atribuído	Per. Período	Valor Imputado	Per. Período		Valor Atribuído	Per. Período		- Valor - Valor Atrib.	- Valor - Valor Atrib.	Per. Ant.	Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O subsídio à exploração atribuído pelo Estado é atribuído no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar (PEDEPE) que se caracteriza por se tratar um apoio financeiro atribuído às instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, que têm um protocolo de cooperação celebrado entre os Ministérios da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os estabelecimentos de educação pré-escolar, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas.

Este apoio financeiro é uma compensação do diferencial remuneratório dos educadores de infância, que tem por base o Despacho conjunto entre o Ministério da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social, publicado todos os anos, que estipula a remuneração média mensal dos educadores de infância a partir do qual as instituições passam a receber compensação.

Os subsídios ao investimento existentes no âmbito de edifícios e construções é a imputação do subsídio atribuído ao edifício e no âmbito do transporte trata-se do subsídio atribuído pelo Município e o atribuído no ano de 2024 ao abrigo do programa da Mobilidade Verde.

8.2 - Principais doadores / fontes de fundos

2024

Doações e Heranças

· Donativos de mecenas particulares e empresas - 12 745,92€

2023

Doações e Heranças

· Donativos de mecenas particulares e empresas - 1 566,00€

9 - Instrumentos financeiros

9.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Quanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes

Os Instrumentos financeiros detidos pela entidade respeitam aos Fundos de Compensação de Trabalho e ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Identificação	Cotação Mercado	Justo Valor	J. V. em Resultados	J. V. em C. P.	Volume
Fundos de Compensação do Trabalho	5.521,0600	0,00	0,00	0,00	0,00
FRSS - Fundo Reestruturação Setor Solidário	203,1500	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.724,2100	0,00	0,00	0,00	0,00

9.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	197.025,17	0,00	0,00	197.025,17
Resultados transitados	183.885,48	0,00	-22.046,51	161.838,97
Outras variações nos capitais próprios	40.464,33	0,00	20.136,75	60.601,08
Subsídios	40.464,33	0,00	20.136,75	60.601,08
Total	421.374,98	0,00	-1.909,76	419.465,22

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
-----------	---------------	---------	----------	-------------

Capital	0,00	0,00	197.025,17	197.025,17
Resultados transitados	183.838,71	0,00	46,77	183.885,48
Outras variações nos capitais próprios	0,00	0,00	40.464,33	40.464,33
Subsídios	0,00	0,00	40.464,33	40.464,33
Total	183.838,71	0,00	237.536,27	421.374,98

Durante o exercício, registaram-se as seguintes variações relacionadas com subsídios e donativos ao investimento:

- No corrente exercício, foi reconhecido em rendimentos o montante de 3 965,71€, correspondente à imputação sistemática de subsídios ao investimento e donativos afetos a ativos, proporcionalmente às depreciações incorridas no período relativamente aos bens adquiridos com o apoio destes financiamentos.

Estas operações foram efetuadas de acordo com os critérios de reconhecimento e mensuração previstos na NCRF-ESNL, designadamente na secção 27 – Subsídios, e cumprem os princípios de especialização dos exercícios e de fiabilidade da informação financeira

9.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

9.4.1 - Dívidas a fornecedores

Identificação de fornecedores (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Fornecedores de Conta Corrente	16.987,65	1.604,39
Total de Fornecedores	16.987,65	1.604,39

9.4.2 - Outros Passivos Correntes

Outras dívidas a pagar (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Devedores por acréscimos de gastos - Remunerações a liquidar	83.051,46	73.920,52
Devedores por acréscimos de gastos - FSE's	2.334,92	0,00
Total	85.386,38	73.920,52

O valor da rubrica Credores por acréscimo de gastos é essencialmente relativo ao acréscimo de gastos com férias e subsídio de férias a pagar no próximo ano.

9.5 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e

gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao Men justo valor	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	33.754,54	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	33.754,54	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	102.374,03	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	16.987,65	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	85.386,38	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	75.524,91	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	1.604,39	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	73.920,52	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-456,95	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-456,95	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9.6 - Outras divulgações

Acréscimos e diferimentos (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Gastos a reconhecer	0,00	0,00
Seguros	3.436,26	3.053,18
Total Gastos a Reconhecer	3.436,26	3.053,18

Na rubrica Gastos a Reconhecer estão contempladas as seguintes rubricas:

- Seguros pagos no 2024 relativos a 2025

10 - Benefícios dos empregados

10.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2024 e na em 31 de dezembro de 2023 foi de 31 trabalhadores.

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	31,00	49.947,10	0,00	0,00
Pessoas remuneradas	31,00	49.947,10	0,00	0,00
Pessoas não remuneradas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	31,00	49.947,10	0,00	0,00
Pessoas a tempo completo	31,00	49.947,10	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	31,00	49.947,10	0,00	0,00
Pessoas em tempo parcial	0,00	0,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	31,00	49.947,10	0,00	0,00
Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00
Feminino	31,00	49.947,10	0,00	0,00

Direção
Bentelina Igrej

Contabilista Certificado Nº 71156

O número de membros dos órgãos diretivos do Centro Paroquial de Barcelinhos é de 5 membros, Os órgãos sociais do Centro Paroquial de Barcelinhos não são remunerados.

10.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os órgãos sociais do Centro Paroquial de Barcelinhos são constituídos da seguinte forma: Direção:

- Presidente: Pe. Paulo Jorge Brás de Sá
- Vice Presidente: Francisco José Silva Cardoso
- Secretário: José António Faria da Costa
- Tesoureiro: Bertelina Maria Faria Neves Igreja
- Vogal: Margarida Maria Dias Rocha

Conselho Fiscal:

- Presidente: Maria da Conceição Gonçalves Pereira
- Secretário: Belarmino Manuel da Silva Coutinho Rodrigues
- Vogal: Carlos Gonçalves Coelho de Faria

10.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Em cumprimento do disposto na NCRF-ESNL, informa-se que os membros dos órgãos de administração, direção e supervisão da entidade não auferem qualquer tipo de remuneração pelo exercício dessas funções.

Apenas a Tesoureira é remunerada, exclusivamente na qualidade de colaboradora da Instituição, ao abrigo de contrato de trabalho, não sendo atribuída qualquer remuneração adicional pelo exercício do cargo que ocupa no órgão social.

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	553.162,60	525.697,52
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	19.951,60
Remunerações do pessoal	442.872,78	396.484,42
Benefícios pós emprego	0,00	7.398,65
Outros benefícios	0,00	7.398,65
Indemnizações	166,69	0,00
Encargos sobre as remunerações	98.698,51	94.257,74
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	8.890,58	7.605,11
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	2.534,04	0,00
- Formação	900,00	0,00
- fardamento	212,79	0,00

Direção

Pe. Paulo Jorge Brás de Sá
Bertelina Maria Faria Neves Igreja

Contabilista Certificado nº 71156

A Entidade não assume quaisquer responsabilidades por benefícios de subsídios de desemprego ou de reforma.

11 - Acontecimentos após a data do balanço

11.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

A Direção continuará a tomar as medidas que se mostrarem adequadas às circunstâncias, em consonância com a situação nacional e mundial, expectando que a atividade da instituição não seja significativamente afetada, dependendo igualmente de apoios por parte do Governo para que não se reflita no Centro Paroquial de Barcelinhos.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram emitidas pela Direção em 30-04-2025

11.2 - Eventos Subsequentes

À data de emissão das presentes demonstrações financeiras não é de conhecimento da Direção a existência de quaisquer acontecimentos anteriores, ocorridos após a data de Balanço, e que não estejam registadas nas Demonstrações Financeiras. A Direção continuará a tomar as medidas que se mostrarem adequadas às circunstâncias, em consonância com a situação mundial, expectando que a atividade da instituição não seja significativamente afetada, dependendo igualmente de apoios por parte do Governo para que não se reflita no Centro Paroquial de Barcelinhos.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 - Informação por atividade económica Informação por

CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	88910	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	759.260,65	759.260,65
Fornecimentos e serviços externos	201.036,20	201.036,20
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00
Gastos com o pessoal	553.162,60	553.162,60
Remunerações	442.872,78	442.872,78
Outros gastos	110.289,82	110.289,82
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	345.497,72	345.497,72
Propriedades de investimento		

Informação por CAE - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	88910	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	269.431,98	269.431,98
Fornecimentos e serviços externos	151.191,81	151.191,81
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	89.251,70	89.251,70
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	89.251,70	89.251,70
Gastos com o pessoal	525.697,52	525.697,52
Remunerações	416.436,02	416.436,02
Outros gastos	109.261,50	109.261,50
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	308.834,54	308.834,54
Propriedades de investimento		

12.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	759.260,65	0,00	0,00	759.260,65
Fornecimentos e serviços externos	201.036,20	0,00	0,00	201.036,20

Informação por mercado - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	269.431,98	0,00	0,00	269.431,98
Fornecimentos e serviços externos	151.191,81	0,00	0,00	151.191,81

12.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

3 - Impostos e contribuições

13.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto dos períodos de 2024 e 2023 é a seguinte:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	37.083,54	-83.044,05
Imposto corrente	0,00	0,00
Imposto diferido	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Tributações autónomas	0,00	0,00

Taxa efetiva de imposto 0,00 0,00

13.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	2.292,25	0,00	4.420,75
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.472,11	0,00	29.818,15	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	11.812,86	0,00	19.319,84
Total	1.472,11	14.105,11	29.818,15	23.740,59

À data do balanço não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

O valor a débito constante na conta do IVA é relativo à restituição dos 50% do IVA relativamente a Bens relacionados com Edifícios e Construções, Aquisição e Reparação dos Ativos Fixos Tangíveis e Bens alimentares destinados aos utentes, conforme o DL 84/2027 de 21 de julho

14 - Fluxos de caixa

14.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" inclui os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	20.543,33	352,92	20.839,80	56,45
Depósitos à ordem	69.387,13	898.933,36	785.233,88	183.086,61
Total	89.930,46	899.286,28	806.073,68	183.143,06

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00	-20.543,33	20.543,33
Depósitos à ordem	183.838,71	0,00	114.451,58	69.387,13
Total	183.838,71	0,00	93.908,25	89.930,46



**Balanço - (modelo para ESNL)
em 31-12-2024
(montantes em EUR)**

Centro Paroquial de Barcelinhos

RUBRICAS	Notas	DATAS 2024	
		2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	345.497,72	308.834,54
Outros créditos e ativos não correntes	9	5.724,21	5.724,21
		351.221,93	314.558,75
Ativo corrente			
Inventários	5		335,89
Créditos a receber	9	33.754,54	
Estado e outros entes públicos	13	1.472,11	29.818,15
Diferimentos	9	3.436,26	3.053,18
Caixa e depósitos bancários	14	183.143,06	89.930,46
		221.805,97	123.137,68
Total do ativo		573.027,90	437.696,43
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9	197.025,17	197.025,17
Resultados transitados	9	161.838,97	183.885,48
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	9	60.601,08	40.464,33
Resultado líquido do período		37.083,54	-83.044,05
Total dos fundos patrimoniais		456.548,76	338.330,93
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	16.987,65	1.604,39
Estado e outros entes públicos	13	14.105,11	23.740,59
Outros passivos correntes	9;10	85.386,38	73.920,52
		116.479,14	99.265,50
Total do passivo		116.479,14	99.265,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		573.027,90	437.596,43

Direção

P. Paulo Jorge Duarte de Sá
Bertrand Bzeje

Contabilista Certificado Nº 71156

d.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Centro Paroquial de Barcelinhos

ANO: 2024

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade	4
1.1 - Dados de identificação	4
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	4
2.1 - Referencial contabilístico utilizado	4
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras	5
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	5
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	6

3.1 - Principais políticas contabilísticas	6	
3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas	9	
3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas	10	
4 - Ativos fixos tangíveis	10	
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis	10	
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	10	
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	11	
5 - Inventários	12	
5.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	12	
5.2 - Quantia escriturada de inventários	12	
6 - Rendimentos e gastos	13	
6.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do crédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de	13	
acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços		
6.2 - Quantia de cada categoria significativa de crédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:	13	
6.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos	14	
7 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	15	
7.3 - Outras divulgações		15
8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	16	
8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas	16	
8.2 - Principais doadores / fontes de fundos	17	
9 - Instrumentos financeiros	17	
9.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros	17	
9.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes	18	
9.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:	18	
9.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço	19	
9.4.1 - Dívidas a fornecedores	19	
9.4.2 - Outros Passivos Correntes	19	
9.5 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme 19 quadro seguinte:		
9.6 - Outras divulgações	20	
10 - Benefícios dos empregados	20	
10.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas	21	
10.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão	21	
10.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade	21	
11 - Acontecimentos após a data do balanço	22	
11.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados	22	nem no balanço
11.2 - Eventos Subsequentes	22	

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais	23
12.1 - Informação por atividade económica	23
12.2 - Informação por mercado geográfico	23
12.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais	24
13 - Impostos e contribuições	24
13.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:	24
13.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições	24
14 - Fluxos de caixa	25
14.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	25

Direção
Beatolina Igreja

Contabilista Certificado Nº 71156

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Paroquial de Barcelinhos

Número de identificação de pessoa coletiva: 502390425

Lugar da sede social: Rua Dr. José Gualberto Sá Carneiro, 402 4755-055 Barcelinhos

Endereço eletrónico: direcao@centroparoquialbarcelinhos.pt Página da internet:

Natureza da atividade: Atividades de cuidados diurnos para crianças, sem alojamento,

O Centro Paroquial de Barcelinhos doravante designado por jcb491 é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública, sujeita em Direito Canónico de obrigações e de direitos consentâneos com a índole de instituto da Igreja Católica. O Centro é reconhecido como Instituição Particular de Solidariedade Social, qualificada como Institutos de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, devidamente inscrita no competente registo das IPSS, em 24 de maio de 1989 sob o n.º 31/91. Os fins e objetivos do Centro Paroquial de Barcelinhos concretizam-se mediante a concessão, a prestação de serviços de outras iniciativas de promoção do bemestar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Apoio à Primeira Infância, através de Creche, Estabelecimento Pré-Escolar, incluindo crianças e jovens em perigo; • Apoio à família;
- Apoio às pessoas idosas, através da Estrutura Residencial de Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio, Apoio Domiciliário, ou outras;
- Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;

O Centro tem os seguintes fins secundários:

1. Na medida em que a prática o aconselhe e os meios disponíveis o permitam, o Centro poderá exercer, futuramente, de modo secundário, outras atividades de fins não lucrativos, de carácter cultural, educativo, recreativo, de assistência e de saúde.
2. O Centro pode dar autonomia ou alguns dos seus serviços mediante a criação de fundações pias autónomas canonicamente eretas.
3. O Centro não tem fins lucrativos.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. - Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de

rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; • Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Derrogações das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2023, com exceção dos efeitos decorrentes da alteração de política contabilística descrita na nota 3.2 e da correção de erro material descrita na nota 3.3 infra.

Em 2024, procedeu-se à alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento dos valores recebidos no âmbito dos Acordos de Cooperação celebrados com a Segurança Social.

Em conformidade com a interpretação da FAQ n.º 39 do Conselho Nacional de Contabilidade (CNC), estas verbas passaram a ser reconhecidas como “Prestação de Serviços” (Conta 72) e não como “Subsídios à Exploração” (Conta 75), uma vez que o pagamento depende da frequência efetiva dos utentes, representando uma contraprestação pelos serviços prestados.

Direção
Berlinda Sousa
Berlinda Sousa

Contabilista Certificado Nº 71156

Como consequência, para efeitos de comparabilidade, os montantes respeitantes ao exercício de 2023 foram reexpressos, com a reclassificação dos respetivos valores entre as rubricas indicadas, sem impacto no resultado líquido do período.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases gerais de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pela Direção.

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem. Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC no que se refere à atividade desenvolvida de caráter comercial, industrial, ou agrícola.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes/Utentes e outros valores a receber

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Alteração no reconhecimento das verbas de Acordos de Cooperação

Direção P. Paulo Jorge Dias de S.
Bertelina Souza

Contabilista Certificado Nº 71156

No exercício de 2024, o Centro Paroquial de Barcelinhos alterou a política contabilística de reconhecimento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação celebrados com a Segurança Social, em conformidade com a interpretação da FAQ n.º 39 do Conselho Nacional de Contabilidade (CNC):

"Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem do valor correspondente a esta prestação de serviços, informação a ter em conta, designadamente para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, bem como do n.º 2 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos;

b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75)."

Assim, as verbas anteriormente classificadas como Subsídios à Exploração (conta 75) passaram a ser reconhecidas como Prestação de Serviços (Conta 72), por estarem dependentes da variação de frequência dos utentes, correspondendo à contraprestação pelos serviços prestados.

Alteração no reconhecimento dos gastos com alimentação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Entidade procedeu a uma alteração na política contabilística relativa ao reconhecimento dos gastos com alimentação.

No exercício anterior 2023, os gastos com alimentação foram reconhecidos na rubrica de "Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas" (CMVMC). No entanto, considerando que os referidos gastos correspondem a serviços de fornecimento de refeições prestados por entidades externas, e que, portanto, constituem efetivamente subcontratação de serviços, a Entidade passou a reconhecer, no exercício de 2024, tais gastos na rubrica de "Subcontratos" (classe 62 – Fornecimentos e Serviços Externos). Esta alteração de política contabilística foi efetuada com o objetivo de melhor refletir a natureza económica das transações e assegurar uma apresentação mais apropriada e fidedigna das demonstrações financeiras, em conformidade com o princípio da substância sobre a forma, conforme previsto na ESNL.

A alteração não teve impacto no resultado líquido nem na posição financeira da Entidade, tendo apenas efeitos ao nível da apresentação na demonstração dos resultados por naturezas.

Para efeitos comparativos, os valores relativos aos exercícios de 2024 e 2023 encontram-se discriminados na Nota 19 – Gastos por naturezas, permitindo a devida transparência sobre esta alteração.

Quadro de Reexpressão das Demonstrações de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Antes Reexpressão		Reexpressão	Reexpressado
		31-12-2024	31-12-2023		
Vendas e serviços prestados		759 260,65	269 431,98	433 067,89	702 499,87
Subsídios, doações e legados à exploração		36 959,49	437 252,13	-433 067,89	4 184,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	-89 251,70	89 251,70	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-201 036,20	-151 191,81	-89 251,70	-240 443,51
Gastos com o pessoal		-553 162,60	-525 697,52		-525 697,52
Outros rendimentos		22 321,04	9 335,52		9 335,52
Outros gastos		-1 219,95	-1 466,70		-1 466,70
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		63 122,43	-51 588,10	0,00	-51 588,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-26 038,89	-31 455,95		-31 455,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		37 083,54	-83 044,05	0,00	-83 044,05
		Resultado antes de impostos	37 083,54	0,00	-83 044,05
		Resultado líquido do período	37 083,54	0,00	-83 044,05

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício de 2024, foi identificado e corrigido um erro material referente ao reconhecimento de um terreno no ativo imobilizado, no valor de 103.500,56 EUR. O bem encontrava-se registado nos Ativos Fixos Tangíveis desde exercício anterior, sem que exista evidência suficiente da sua aquisição onerosa ou atribuição gratuita formalizada.

Direção *Luís Paulo Jorge Brás de Sá*
Bertranda Aguiar

Contabilista Certificado Nº 71156

A correção foi realizada por eliminação do ativo, com efeitos retrospectivos, através de ajustamento aos Resultados Transitados, nos termos da NCRF-ESNL (secção 4.5). Esta correção não teve impacto no resultado líquido do exercício em curso, mas afetou os saldos iniciais do ativo e dos fundos patrimoniais de 2024.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo tangível é escriturado pelo seu custo, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Instituição deprecia os ativos fixos tangíveis, de acordo com a vida útil estimada pela Direção.

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

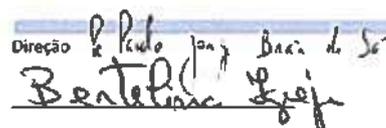
Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Modelo de Custo	Método de linha reta	50/8	2%/12,5%
Equipamento básico	Modelo de Custo	Método de linha reta	8	12,5%
Equipamento de transporte	Modelo de Custo	Método de linha reta	8	12,5%
Equipamento administrativo	Modelo de Custo	Método de linha reta	6	16,67%
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo de Custo	Método de linha reta	8	12,5%

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terranos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo e biológicos	Equipamento básico	Outros AFT	AFT em curso	Adiantament os AFT	TOTAL
Valor bruto no									
	7.481,97	628.148,58	73.937,16	105.691,45	95.041,98	0,00	12.272,92	0,00	922.574,06 início
Depreciações	0,00	352.705,18	72.395,04	92.976,45	83.389,94	0,00	12.272,91	0,00	613.739,52 acumuladas
Saldo no início do período	7.481,97	275.443,40	1.542,12	12.715,00	11.652,04	0,00	0,01	0,00	308.834,54

Direção

 Paulo Jorge Braga do Sr. Bento

Contabilista Certificado Nº 71156

Variações do período	0,00	-10.664,95	1.644,41	46.860,17	-1.639,84	0,00	463,39	0,00	0,00	36.663,18
Total de aumentos	0,00	1.007,00	1.211,69	35.975,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.193,71
Aquisições em primeira mão	0,00	1.007,00	1.211,69	35.975,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.193,71
Total diminuições	0,00	12.615,37	1.122,26	19.149,32	3.036,14	0,00	115,80	0,00	0,00	36.038,89
Depreciações do período	0,00	12.615,37	1.122,26	9.149,32	3.036,14	0,00	115,80	0,00	0,00	26.038,89
Alienações	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transferências de AFT	0,00	943,42	1.554,98	30.034,47	1.395,30	0,00	579,19	0,00	0,00	34.508,36
Saldo no fim do período	7.481,97	264.778,45	3.186,53	59.575,17	10.012,20	0,00	463,40	0,00	0,00	345.497,72
Valor bruto no fim do período	7.481,97	629.155,58	75.148,85	131.666,47	95.041,98	0,00	12.272,92	0,00	0,00	950.767,77
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	364.377,13	71.962,32	72.091,30	85.029,78	0,00	11.809,52	0,00	0,00	105.270,05

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento				Equipamento de	Outros AFT	Adiantament AFT em curso os AFT	TOTAL
			Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Equipamento básico	Equipamento biológicos				
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações do período	7.481,97	275.443,40	1.542,12	12.715,00	11.652,04	0,00	0,01	0,00	0,00	308.834,54
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	12.562,99	1.233,90	12.715,00	4.249,06	0,00	695,00	0,00	0,00	31.455,95
Depreciações do período	0,00	12.562,99	1.233,90	12.715,00	4.249,06	0,00	695,00	0,00	0,00	31.455,95
Outras transferências	7.481,97	288.006,39	2.776,02	25.430,00	15.901,10	0,00	695,01	0,00	0,00	340.290,49
Saldo no fim do período	7.481,97	275.443,40	1.542,12	12.715,00	11.652,04	0,00	0,01	0,00	0,00	308.834,54
Valor bruto no fim do período	7.481,97	628.148,58	73.937,16	105.691,45	95.041,98	0,00	12.272,92	0,00	0,00	922.574,06
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	352.705,18	72.395,04	92.976,45	83.389,94	0,00	12.272,91	0,00	0,00	613.739,52

5 - Inventários

5.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Direção *Paulo Jorge Brás de Sá*
Bertrando Aguiar

Contabilista Certificado Nº 71156

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

5.2 - Quantia escriturada de inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e	Total Período	Mercadorias Per.	Mat. Prim. e Sub.	Total Per. Anterior
		Subsid.		Anterior	Per. Anterior	
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	0,00	335,89	335,89
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00	89.251,70	89.251,70
OUTRAS INFORMAÇÕES						

Nenhum item do inventário está sujeito a penhor esperando que sejam todos consumidos durante o período de 12 meses. Não existe qualquer imparidade de inventários.

6 - Rendimentos e gastos

6.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

- Prestação de serviços - são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços;- Rendimentos suplementares - são relativos às rendas e aos débitos de energia pagos pelas entidades arrendatárias dos imóveis à exploração;
- Juros - são reconhecidos pelo método do juro efetivo

6.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Prestação de serviços - são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços.

No 2024 foi alterada a contabilização dos valores recebidos por parte da Segurança Social, deixando de ser classificados como Subsídios e passando a ser classificados como Prestação de Serviços, conforme a FAQ n.º 39 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC):

"...Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

- a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem do

valor correspondente a esta prestação de serviços, informação a ter em conta, designadamente para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, bem como do n.º 2 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos;

b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75)."

Rédito	PERÍODO		Variação	
	2024	2023	Valor	%
Mensalidades dos Utentes				
Infância				
Creche	22 796,42	50 456,93	-27 660,51	-55%
Jardim de Infância	74 138,05	56 763,28	17 374,77	31%
Sénior				
Centro de Dia	98 124,08	81 615,60	16 508,48	20%
SAD (Serviço de Apoio Domiciliário)	75 594,34	80 596,17	-5 001,83	-6%
Comparticipações ISS, IP - Centro Distrital				
Infância				
Creche	280 057,57	234 126,72	45 930,85	20%
Jardim de Infância	92 474,16	89 621,45	2 852,71	3%
Sénior				
Centro de Dia	60 456,01	56 703,63	3 752,38	7%
Apoio Domiciliário	55 620,02	52 616,09	3 003,93	6%
Acordo de Cooperação Segurança Social				
Compensação Educadoras	23 604,72	0,00	23 604,72	100%
Subsídios de entidades públicas				
IEFP	0,00	2 618,24	-2 618,24	-100%
Município	608,85	0,00	608,85	100%
Doações, heranças e legados				
Doações e Heranças	12 745,92	1 566,00	11 179,92	714%
Outros Rendimentos				
Outros	4 729,43	1 483,64	3 245,79	219%
Correções relativas a períodos anteriores	13 625,57		13 625,57	100%
Imputação subsídios para investimentos	3 965,71	7 047,50	-3 081,79	-44%
Outros não especificados	0,33	804,38	-804,05	-100%
Total	818 541,18	716 019,63	102 521,55	14%

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	759.260,65	269.431,98
Total	759.260,65	269.431,98

Os réditos da Instituição apresentam uma variação positiva de 102 521,55€ que representa cerca de 14% face ao ano anterior, este aumento é consequência maioritariamente do aumento das comparticipações da Segurança Social no montante de 79 144,59€.

Direção
P. Paulo Jorge Dias do Sr.
Bertolina Igreja

Contabilista Certificado Nº 71156
Página: 13 / 26

6.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, foi a seguinte:
Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	57.590,46	0,00
Serviços especializados	44.331,46	96.540,89
Trabalhos especializados	15.669,54	9.743,75
Publicidade e propaganda	147,60	784,74
Vigilância e segurança	1.217,94	0,00
Honorários	7.054,45	4.903,65
Conservação e reparação	17.284,81	81.108,70
Outros	2.957,12	0,00
Materiais	39.220,21	10.047,98
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	956,90	3.660,97
Material de escritório	3.108,98	6.387,01
Artigos para oferta	131,80	0,00
Outros	35.022,53	0,00
Energia e fluidos	34.497,56	22.943,97
Eletricidade	10.851,11	6.855,31
Combustíveis	9.728,77	10.956,68
Água	7.646,29	2.183,57
Outros	6.271,39	2.948,41
Deslocações, estadas e transportes	10.172,00	4.480,00
Deslocações e estadas	10.172,00	4.480,00
Serviços diversos	15.224,51	17.178,97
Rendas e alugueres	2.700,30	2.644,50
Comunicação	1.522,40	939,05
Seguros	5.710,88	5.783,90
Contencioso e notariado	210,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	5.080,93	6.427,32
Outros serviços	0,00	1.384,20
Total	201.036,20	151.191,81

Direção *Jo. Paulo José Dias do Sa*
Beneditina Lopez

Contabilista Certificado Nº 71156

Em 2024, os gastos com alimentação passaram a ser reconhecidos na rubrica de Subcontratos, por se tratarem de serviços prestados por terceiros (fornecimento de refeições), enquanto que, em 2023, esses gastos estavam incluídos em CMVMC. Esta alteração foi efetuada em conformidade com os princípios da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL, conforme descrito na Nota 3.

7 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

7.3 - Outras divulgações

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como:

i) Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou ii) Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos. Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Estado - Atrib. Ant.	Do Estado		Do Estado -	Outras Ent.- Atrib. Ant.	Outras Ent. -		Outras Ent.- Valor Atribuído	Outras Ent.- Valor Imputado	Das Quais UE		Das Quais UE	
		Valor	Valor	Valor		Valor	Valor			Valor	Valor		
		Atribuído	Per.	Imputado		Per.	Atribuído			Per.	Atribuído	Imputado	
		Período		Período	Período		Período		Per. Ant.		Período	Período	
Subsídios ao investimento	0,00	1.444,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	2.520,83	
Para ativos fixos tangíveis	0,00	1.444,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	2.520,83	
Edifícios e outras construções	0,00	1.444,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	2.520,83	
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios à exploração	0,00	23.604,72	0,00	0,00	0,00	606,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	25.049,60	0,00	0,00	606,85	0,00	0,00	17 500,00	2.520,83

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Estado - Atrib. Ant.	Do Estado		Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Atrib. Ant.	Outras Ent. -		Das Quais UE		Das Quais UE Das Quais UE	
		Valor Atribuído Período	Valor Per.			Valor Atribuído Período	Valor Per.	- Valor - Valor Atrib.	- Valor Atribuído	Imputado	
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O subsídio à exploração atribuído pelo Estado é atribuído no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar (PEDEPE) que se caracteriza por se tratar um apoio financeiro atribuído às instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, que têm um protocolo de cooperação celebrado entre os Ministérios da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os estabelecimentos de educação pré-escolar, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas.

Este apoio financeiro é uma compensação do diferencial remuneratório dos educadores de infância, que tem por base o Despacho conjunto entre o Ministério da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social, publicado todos os anos, que estipula a remuneração média mensal dos educadores de infância a partir do qual as instituições passam a receber compensação.

Os subsídios ao investimento existentes no âmbito de edifícios e construções é a imputação do subsídio atribuído ao edifício e no âmbito do transporte trata-se do subsídio atribuído pelo Município e o atribuído no ano de 2024 ao abrigo do programa da Mobilidade Verde.

8.2 - Principais doadores / fontes de fundos

2024

Doações e Heranças

- Donativos de mecenas particulares e empresas - 12 745,92€

2023

Doações e Heranças

- Donativos de mecenas particulares e empresas - 1 566,00€

9 - Instrumentos financeiros

9.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar "para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Quanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro. De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes

Os Instrumentos financeiros detidos pela entidade respeitam aos Fundos de Compensação de Trabalho e ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Identificação	Cotação Mercado	Justo Valor	J. V. em Resultados	J. V. em C. P.	Volume
Fundos de Compensação do Trabalho	5.521,0600	0,00	0,00	0,00	0,00
FRSS - Fundo Reestruturação Setor Solidário	203,1500	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.724,2100	0,00	0,00	0,00	0,00

9.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	197.025,17	0,00	0,00	197.025,17
Resultados transitados	183.885,48	0,00	-22.046,51	161.838,97
Outras variações nos capitais próprios	40.464,33	0,00	20.136,75	60.601,08
Subsídios	40.464,33	0,00	20.136,75	60.601,08
Total	421.374,98	0,00	-1.909,76	419.465,22

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
-----------	---------------	---------	----------	-------------

Direção
Bea Telina

Contabilista Certificado Nº 71156

Capital	0,00	0,00	197.025,17	197.025,17
Resultados transitados	183.838,71	0,00	46,77	183.885,48
Outras variações nos capitais próprios	0,00	0,00	40.464,33	40.464,33
Subsídios	0,00	0,00	40.464,33	40.464,33
Total	183.838,71	0,00	237.536,27	421.374,98

Durante o exercício, registaram-se as seguintes variações relacionadas com subsídios e donativos ao investimento:

- No corrente exercício, foi reconhecido em rendimentos o montante de 3 965,71€, correspondente à imputação sistemática de subsídios ao investimento e donativos afetos a ativos, proporcionalmente às depreciações incorridas no período relativamente aos bens adquiridos com o apoio destes financiamentos.

Estas operações foram efetuadas de acordo com os critérios de reconhecimento e mensuração previstos na NCRF-ESNL, designadamente na secção 27 – Subsídios, e cumprem os princípios de especialização dos exercícios e de fiabilidade da informação financeira

9.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

9.4.1 - Dívidas a fornecedores

Identificação de fornecedores (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Fornecedores de Conta Corrente	16.987,65	1.604,39
Total de Fornecedores	16.987,65	1.604,39

9.4.2 - Outros Passivos Correntes

Outras dívidas a pagar (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Devedores por acréscimos de gastos - Remunerações a liquidar	83.051,46	73.920,52
Devedores por acréscimos de gastos - FSE's	2.334,92	0,00
Total	85.386,38	73.920,52

O valor da rubrica Credores por acréscimo de gastos é essencialmente relativo ao acréscimo de gastos com férias e subsídio de férias a pagar no próximo ano.

9.5 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e

gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao Men justo valor	valorizados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	33.754,54	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	33.754,54	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	102.374,03	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	16.987,65	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	85.386,38	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	75.524,91	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	1.604,39	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	73.920,52	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-456,95	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-456,95	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9.6 - Outras divulgações

Acréscimos e diferimentos (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Gastos a reconhecer	0,00	0,00
Seguros	3.436,26	3.053,18
Total Gastos a Reconhecer	3.436,26	3.053,18

Direção *Leandro Jorge Braga de Sá*
Bento Luís Aguiar

Contabilista Certificado Nº 71156

Na rubrica Gastos a Reconhecer estão contempladas as seguintes rubricas:

- Seguros pagos no 2024 relativos a 2025

10 - Benefícios dos empregados

10.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2024 e na em 31 de dezembro de 2023 foi de 31 trabalhadores.

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	31,00	49.947,10	0,00	0,00
Pessoas remuneradas	31,00	49.947,10	0,00	0,00
Pessoas não remuneradas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	31,00	49.947,10	0,00	0,00
Pessoas a tempo completo	31,00	49.947,10	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	31,00	49.947,10	0,00	0,00
Pessoas em tempo parcial	0,00	0,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	31,00	49.947,10	0,00	0,00
Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00
Feminino	31,00	49.947,10	0,00	0,00

O número de membros dos órgãos diretivos do Centro Paroquial de Barcelinhos é de 5 membros, Os órgãos sociais do Centro Paroquial de Barcelinhos não são remunerados.

10.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os órgãos sociais do Centro Paroquial de Barcelinhos são constituídos da seguinte forma: Direção:

- Presidente: Pe. Paulo Jorge Brás de Sá
- Vice Presidente: Francisco José Silva Cardoso
- Secretário: José António Faria da Costa
- Tesoureiro: Bertelina Maria Faria Neves Igreja
- Vogal: Margarida Maria Dias Rocha

Conselho Fiscal:

- Presidente: Maria da Conceição Gonçalves Pereira
- Secretário: Belarmino Manuel da Silva Coutinho Rodrigues
- Vogal: Carlos Gonçalves Coelho de Faria

10.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Em cumprimento do disposto na NCRF-ESNL, informa-se que os membros dos órgãos de administração, direção e supervisão da entidade não auferem qualquer tipo de remuneração pelo exercício dessas funções.

Apenas a Tesoureira é remunerada, exclusivamente na qualidade de colaboradora da Instituição, ao abrigo de contrato de trabalho, não sendo atribuída qualquer remuneração adicional pelo exercício do cargo que ocupa no órgão social.

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	553.162,60	525.697,52
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	19.951,60
Remunerações do pessoal	442.872,78	396.484,42
Benefícios pós emprego	0,00	7.398,65
Outros benefícios	0,00	7.398,65
Indemnizações	166,69	0,00
Encargos sobre as remunerações	98.698,51	94.257,74
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	8.890,58	7.605,11
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	2.534,04	0,00
- Formação	900,00	0,00
- fardamento	212,79	0,00

Direção

Pe. Paulo Jorge Brás de Sá
Bertelina Maria Faria Neves Igreja

Contabilista Certificado nº 71156

A Entidade não assume quaisquer responsabilidades por benefícios de subsídios de desemprego ou de reforma.

11 - Acontecimentos após a data do balanço

11.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

A Direção continuará a tomar as medidas que se mostrarem adequadas às circunstâncias, em consonância com a situação nacional e mundial, expectando que a atividade da instituição não seja significativamente afetada, dependendo igualmente de apoios por parte do Governo para que não se reflita no Centro Paroquial de Barcelinhos.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram emitidas pela Direção em 30-04-2025

11.2 - Eventos Subsequentes

À data de emissão das presentes demonstrações financeiras não é de conhecimento da Direção a existência de quaisquer acontecimentos anteriores, ocorridos após a data de Balanço, e que não estejam registadas nas Demonstrações Financeiras. A Direção continuará a tomar as medidas que se mostrarem adequadas às circunstâncias, em consonância com a situação mundial, expectando que a atividade da instituição não seja significativamente afetada, dependendo igualmente de apoios por parte do Governo para que não se reflita no Centro Paroquial de Barcelinhos.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Direção
R. Paulo Jorge Dias, Lda
Bentelinda Ligeiro

Contabilista Certificado Nº 71156

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 - Informação por atividade económica Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	88910	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	759.260,65	759.260,65
Fornecimentos e serviços externos	201.036,20	201.036,20
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00
Gastos com o pessoal	553.162,60	553.162,60
Remunerações	442.872,78	442.872,78
Outros gastos	110.289,82	110.289,82
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	345.497,72	345.497,72
Propriedades de investimento		

Informação por CAE - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	88910	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	269.431,98	269.431,98
Fornecimentos e serviços externos	151.191,81	151.191,81
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	89.251,70	89.251,70
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	89.251,70	89.251,70
Gastos com o pessoal	525.697,52	525.697,52
Remunerações	416.436,02	416.436,02
Outros gastos	109.261,50	109.261,50
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	308.834,54	308.834,54
Propriedades de investimento		

12.2 - Informação por mercado geográfico Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	759.260,65	0,00	0,00	759.260,65
Fornecimentos e serviços externos	201.036,20	0,00	0,00	201.036,20

Informação por mercado - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	269.431,98	0,00	0,00	269.431,98
Fornecimentos e serviços externos	151.191,81	0,00	0,00	151.191,81

12.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

3 - Impostos e contribuições

13.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto dos períodos de 2024 e 2023 é a seguinte:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	37.083,54	-83.044,05
Imposto corrente	0,00	0,00
Imposto diferido	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Tributações autónomas	0,00	0,00

Direção
Bertranda Espírito

Contabilista Certificado Nº 71156

Taxa efetiva de imposto 0,00 0,00

13.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	2.292,25	0,00	4.420,75
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.472,11	0,00	29.818,15	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	11.812,86	0,00	19.319,84
Total	1.472,11	14.105,11	29.818,15	23.740,59

À data do balanço não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

O valor a débito constante na conta do IVA é relativo à restituição dos 50% do IVA relativamente a Bens relacionados com Edifícios e Construções, Aquisição e Reparação dos Ativos Fixos Tangíveis e Bens alimentares destinados aos utentes, conforme o DL 84/2027 de 21 de julho

14 - Fluxos de caixa

14.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" inclui os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	20.543,33	352,92	20.839,80	56,45
Depósitos à ordem	69.387,13	898.933,36	785.233,88	183.086,61
Total	89.930,46	899.286,28	806.073,68	183.143,06

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (2023):

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00	-20.543,33	20.543,33
Depósitos à ordem	183.838,71	0,00	114.451,58	69.387,13
Total	183.838,71	0,00	93.908,25	89.930,46